



Budget Watch OE 2014

Inquérito “Índice Deloitte Pro Business”

Carlos Loureiro / Jorge Marrão
7 de Dezembro de 2013

Em parceria com o jornal Expresso



Índice

Introdução	3
Nota metodológica	5
Principais conclusões	7
Dimensões de análise	21
Considerações finais	52
Nota técnica	54

Introdução

Introdução

No Índice Deloitte Pro-Business pretende avaliar-se a responsabilidade orçamental de estímulo ao crescimento económico, a qual deve basear-se num conjunto claro e transparente de informação e avaliação dos princípios orçamentais promotores do crescimento, produtividade, emprego, inovação e competitividade.

A responsabilidade orçamental foi avaliada do ponto de vista do rigor e qualidade da informação prestada sobre as políticas e programas de suporte ao crescimento económico. Selectivamente é apreciada a qualidade dessas políticas e programas, numa perspectiva de apoio ao desenvolvimento e competitividade empresarial, à luz das melhores práticas internacionais de escrutínio da comunidade empresarial sobre a política orçamental proposta.

Foram ainda identificadas também as políticas económicas e sectoriais, reformas institucionais, investimentos públicos e alterações do perfil de despesa e da receita que, na avaliação do Conselho Empresarial, possam ajudar à criação e consolidação de estratégias empresariais e económicas que assegurem dinamismo e sustentabilidade económica.

Nota metodológica

Nota metodológica

As 10 dimensões objecto de apreciação por parte do Conselho Consultivo Empresarial foram as seguintes:

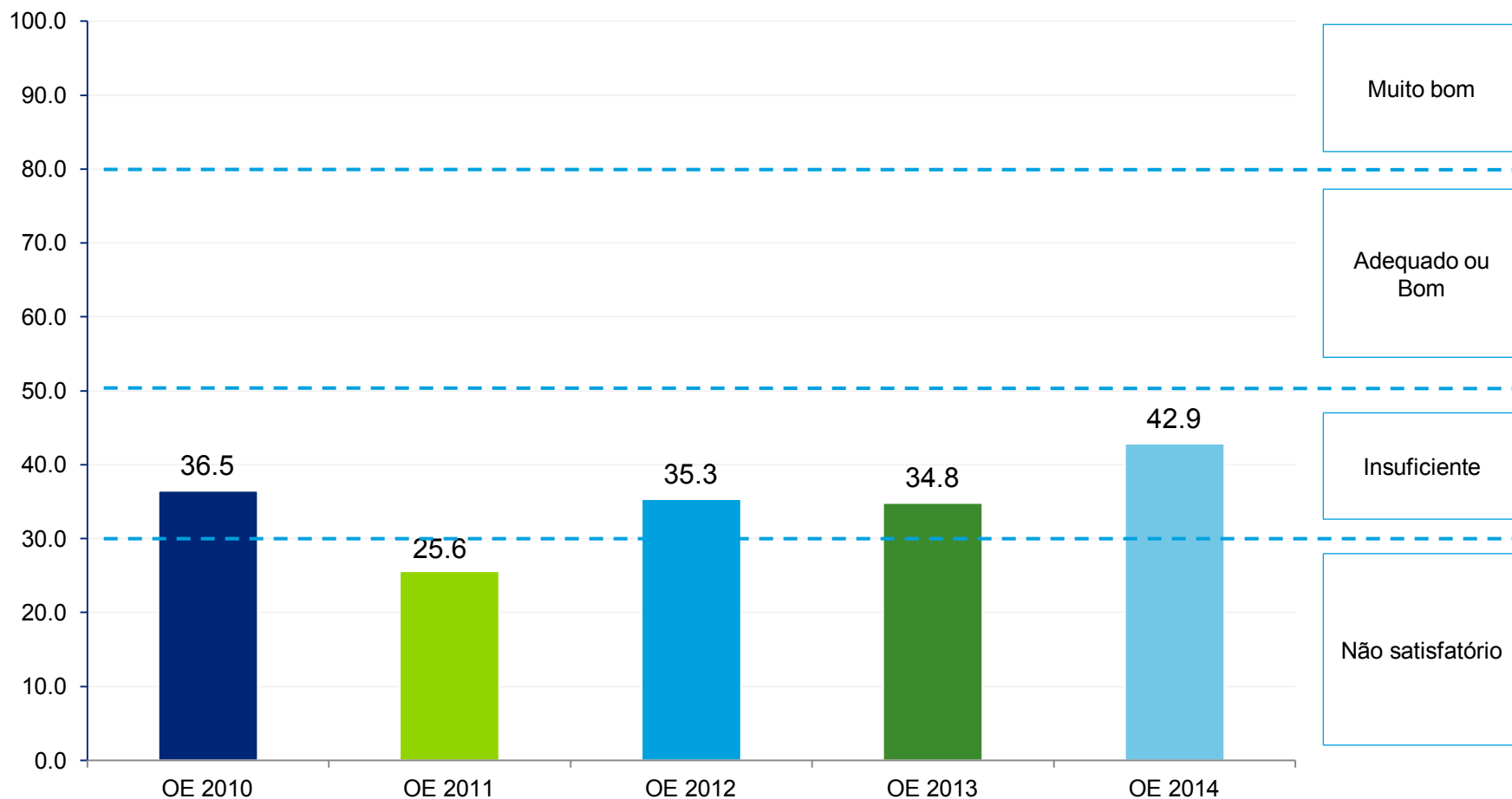
- a) Estabilidade das políticas macroeconómicas
- b) Estabilidade, simplicidade e carga fiscal
- c) Limites ao peso absoluto e relativo do Estado
- d) Fomento à criação e manutenção de emprego duradouro
- e) Alinhamento das prioridades, perfil dos investimentos e despesa para a criação de dinamismo, diversificação e consolidação das cadeias de valor empresariais e do emprego
- f) Compromisso com reformas institucionais orientadas para o estímulo do crescimento económico, produtividade e competitividade – reestruturações, diversificação, dinamismo tecnológico e custos de contexto
- g) Políticas e programas para uma adequada poupança nacional, formação e retenção de capital
- h) Complementaridade, equilíbrio e colaboração estratégica
- i) Políticas e programas para crescimento da flexibilidade produtiva dos diferentes recursos (capital, trabalho e know-how) necessários ao crescimento económico
- j) Promoção activa dos regimes concorrenciais e correspondente regulação em diversos sectores

O índice foi calculado com base na informação recolhida junto do Conselho Consultivo Empresarial em duas vertentes: empresários nacionais e responsáveis de empresas estrangeiras instaladas em Portugal.

Principais conclusões

Principais conclusões (1/1)

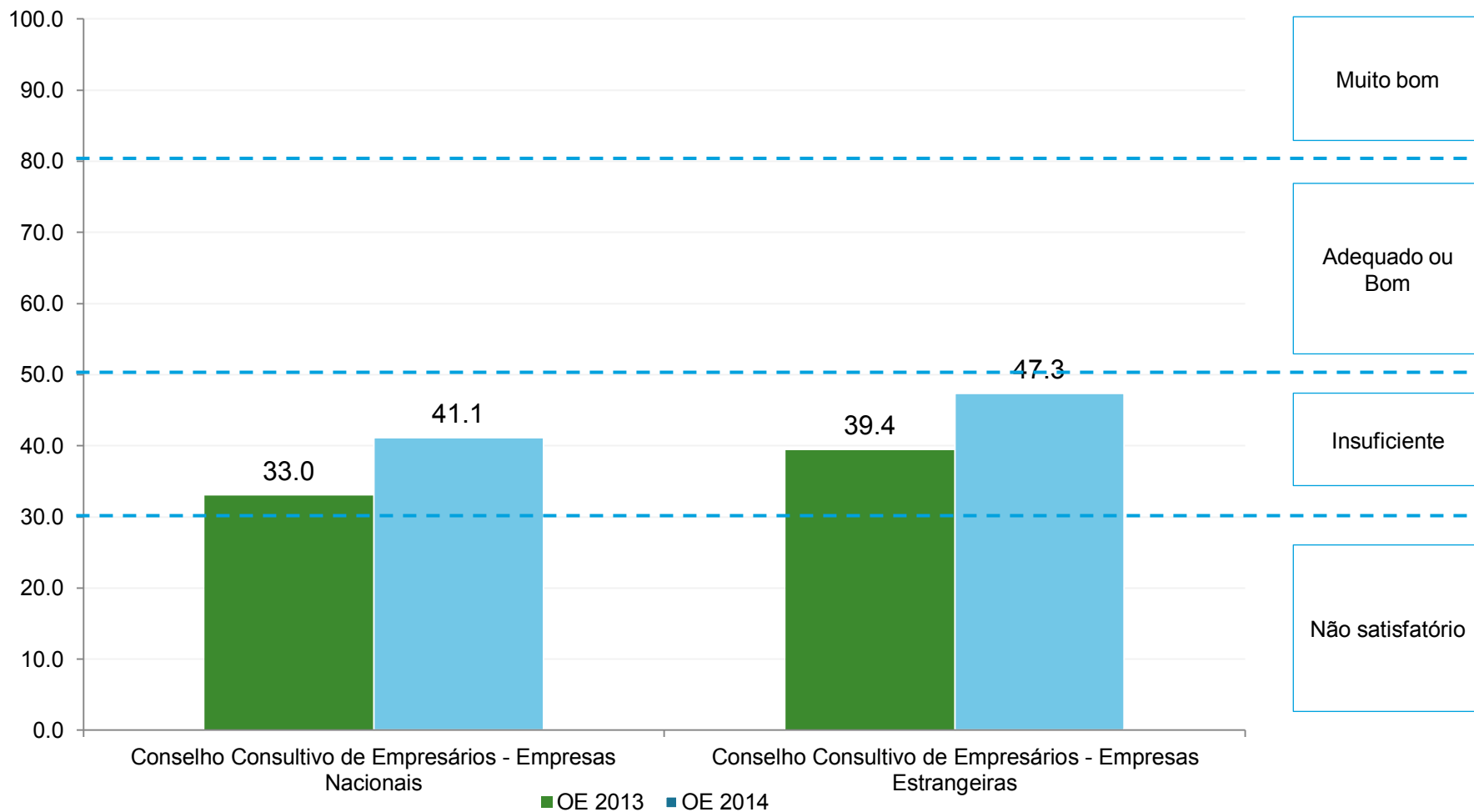
Índice Deloitte Pro Business - pontuação final



Nota: Calculado com base na média ponderada das várias dimensões

Principais conclusões (2/13)

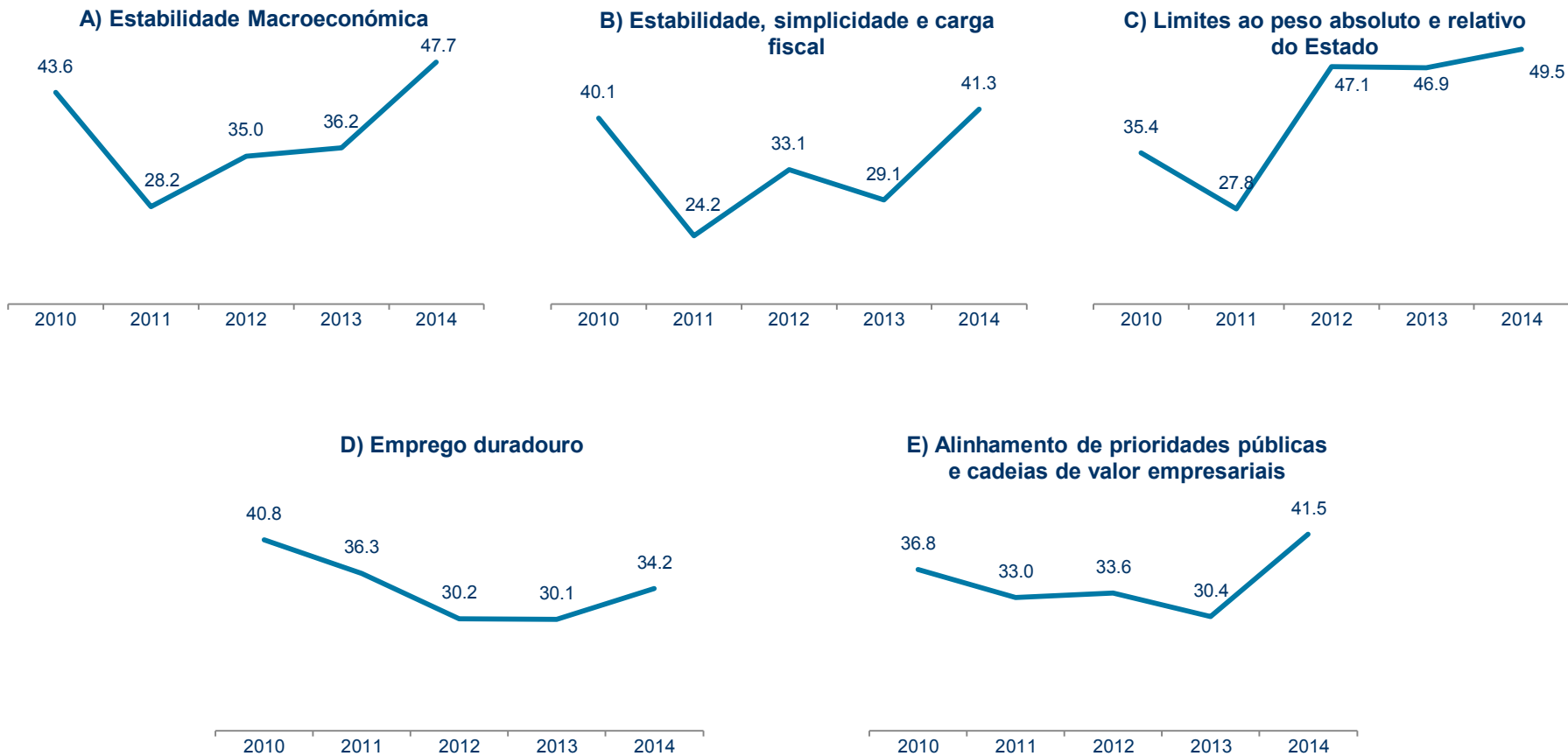
Índice Deloitte Pro Business - pontuação final



Nota: Calculado com base na média ponderada das várias dimensões

Principais conclusões (3/13)

Índice Deloitte Pro Business

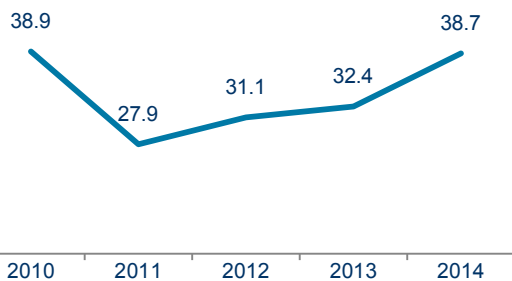


Nota: Calculado com base na média ponderada das várias dimensões

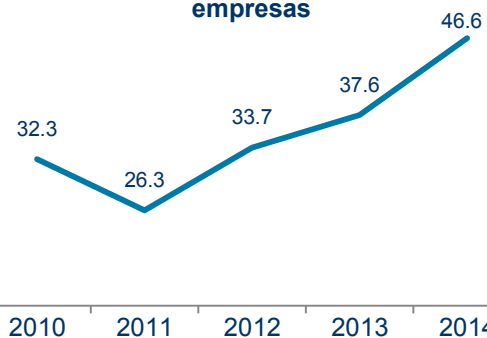
Principais conclusões (4/13)

Índice Deloitte Pro Business

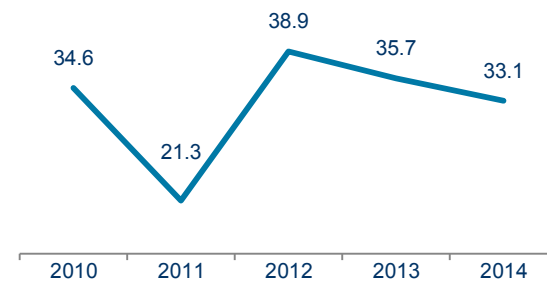
F) Compromisso com reformas institucionais para o crescimento



G) Estímulo à poupança das famílias e empresas



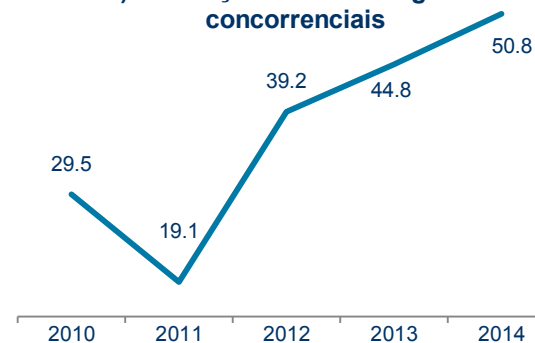
H) Informação sobre complementariedade estratégica pública e privada



I) Políticas para crescimento da flexibilidade produtiva



J) Promoção activa de regimes concorrenciais

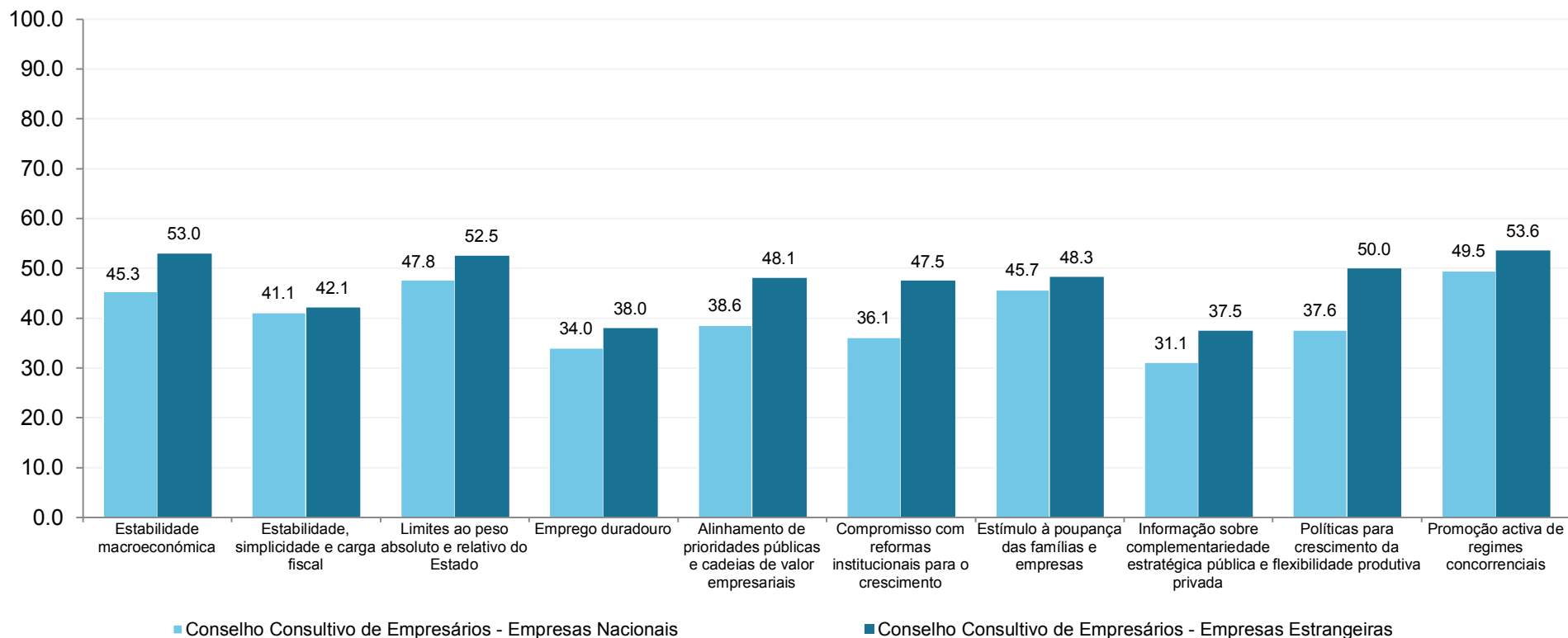


Nota: Calculado com base na média ponderada das várias dimensões

Principais conclusões (5/13)

Índice Deloitte Pro-Business

Comparação: Empresários Nacionais vs. Responsáveis de Empresas Estrangeiras

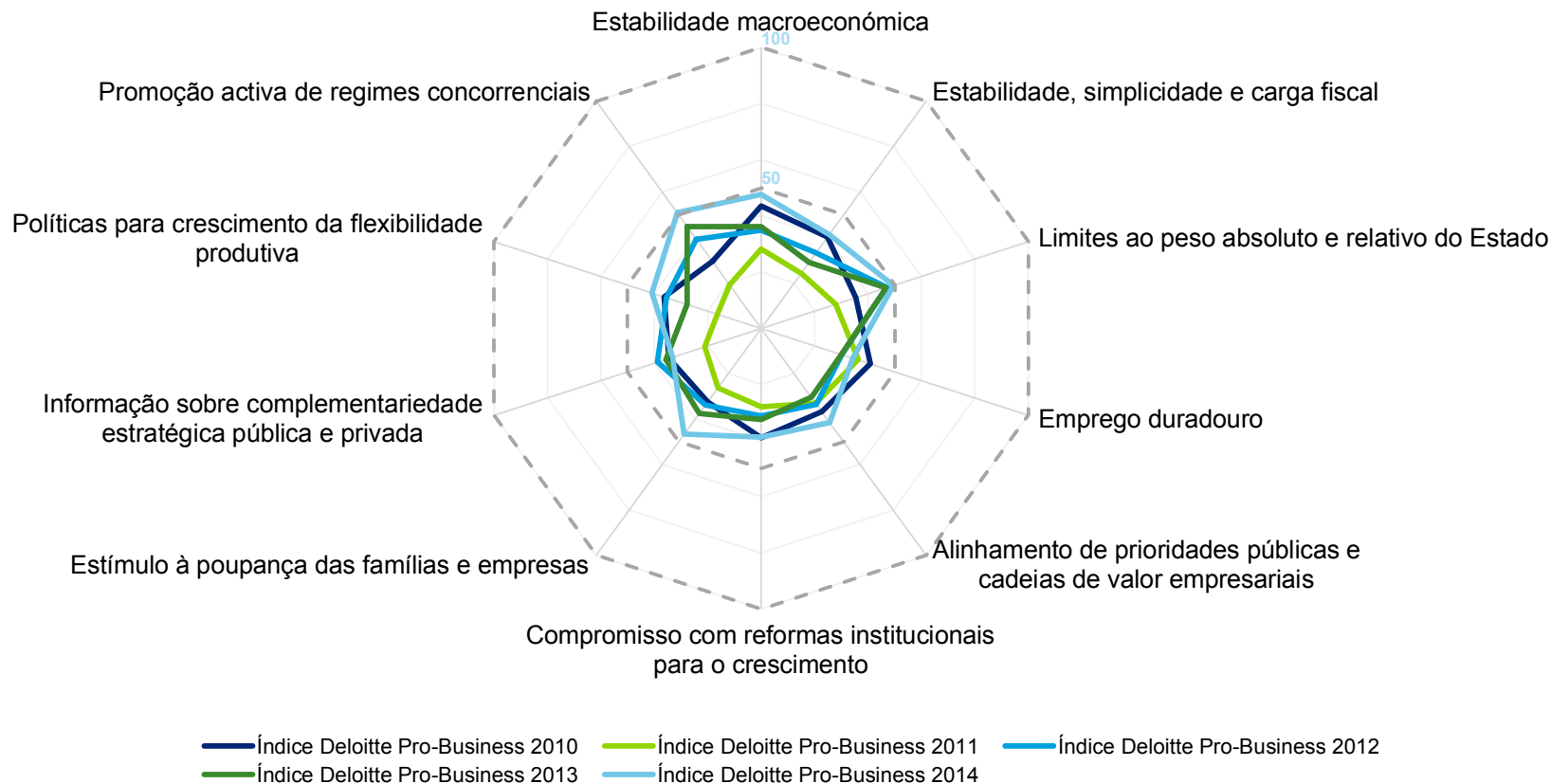


Nota: Calculado com base na média ponderada das várias dimensões

Escala										
Não satisfatório			Insuficiente		Adequada			Muito bom		
0	10	20	30	40	50	60	70	80	90	100

Principais conclusões (6/13)

Índice Deloitte Pro-Business



Escala										
Não satisfatório		Insuficiente		Adequada			Muito bom			
0	10	20	30	40	50	60	70	80	90	100

Nota: Calculado com base na média ponderada das várias dimensões

Principais conclusões (7/13)

Índice Deloitte Pro-Business

Índice Deloitte Pro-Business [4/4]



Escala										
Não satisfatório		Insuficiente		Adequada			Muito bom			
0	10	20	30	40	50	60	70	80	90	100

Nota: Calculado com base na média ponderada das várias dimensões

Principais conclusões (8/13)

Índice Deloitte Pro-Business

TOP 10 - "Medidas melhor avaliadas" – Conselho Consultivo de Empresários – Empresas Nacionais

Políticas activas concorrenciais através de privatizações	63,75
Informação sobre défice/superavit e evolução do potencial do PIB	58,57
Estabilidade de preços	53,75
Políticas de eliminação de barreiras de acesso a mercados	53,75
Políticas de reforço da independência económica e política dos reguladores	52,50
Volatilidade da dívida pública (montantes, spreads, maturidades)	52,50
Informação sobre dívida pública e compromissos públicos futuros	51,43
Políticas de transferência de provisão de bens e serviços públicos para regimes mais concorrenciais	51,43
Políticas e programas para melhoria da informação para o investimento, designadamente para exploração de mercados externos	50,00
Fiscalidade e investimento em inovação	50,00

Principais conclusões (9/13)

Índice Deloitte Pro Business

TOP 10 - "Medidas pior avaliadas" – Conselho Consultivo de Empresários – Empresas Nacionais

Informação sobre sucesso/falhas associada ao abandono/manutenção de investimento público	11,67
Políticas e programas dirigidos ao emprego que permitam um crescimento e melhoria salarial individual e de grupos populacionais	15,00
Informação sobre os custos dos programas passados e propostos relacionados com o emprego vrs. resultados obtidos	17,14
Informação sobre investimentos públicos significativos e sua coordenação com os interesses do sector privado beneficiário	27,50
Incentivos públicos alinhados para a promoção da mobilidade de capital	28,33
Informação sobre difusão dos efeitos positivos e negativos dos investimentos públicos	28,57
Políticas macroeconómicas contracíclicas	28,75
Informação sobre grandes rubricas da despesa pública e respectivos retornos sociais e privados	28,75
Informação sobre as taxas e limites ao crescimento de despesa pública não reprodutiva	30,00
Informação sobre complementaridade, equilíbrio e modelos de colaboração estratégica entre políticas públicas apresentadas e os agentes de mercado	30,00

Principais conclusões (10/13)

Índice Deloitte Pro-Business

TOP 10 - "Medidas melhor avaliadas" – Conselho Consultivo de Empresários – Empresas Estrangeiras

Políticas de transferência de provisão de bens e serviços públicos para regimes mais concorrenciais	62,50
Estabilidade de preços	60,00
Políticas activas concorrenciais através de privatizações	60,00
Volatilidade da dívida pública (montantes, spreads, maturidades)	57,50
Trade-off entre regulação de interesses públicos de diversa natureza (ambiente, consumidores, ordenamento do território, v.g.) e prossecução de iniciativas privadas	55,00
Termos de troca e balança comercial	55,00
Informação sobre défice/superavit e evolução do potencial do PIB	55,00
Informação sobre investimentos públicos significativos e sua coordenação com os interesses do sector privado beneficiário	52,50
Informação sobre difusão dos efeitos positivos e negativos dos investimentos públicos	52,50
Incentivos públicos alinhados para a promoção da aquisição/utilização/criação de know-how	52,50

Principais conclusões (11/13)

Índice Deloitte Pro-Business

TOP 10 - "Medidas pior avaliadas" – Conselho Consultivo de Empresários – Empresas Estrangeiras

Informação sobre os custos dos programas passados e propostos relacionados com o emprego vrs. resultados obtidos	30,00
Fiscalidade, crescimento económico e investimento	32,50
Políticas e programas dirigidos ao emprego que permitam um crescimento e melhoria salarial individual e de grupos populacionais	35,00
Informação sobre complementaridade, equilíbrio e modelos de colaboração estratégica entre políticas públicas apresentadas e os agentes de mercado	37,50
Garantias dos contribuintes, combate à fraude e evasão fiscais	40,00
Medidas para redução da burocracia, custos de contexto e melhoria das infraestruturas	40,00
Incentivos para fomentar o dinamismo tecnológico	40,00
Fiscalidade e investimento estrangeiro	40,00
Políticas de emprego para grupos populacionais com maiores dificuldades	40,00
Políticas e programas dirigidos às instituições públicas e privadas que podem ajudar ao emprego (agências de emprego; universidades e escolas; empregadores; centros de emprego; entre outros)	42,50

Principais conclusões (12/13)

Índice Deloitte Pro Business

TOP 10 - "Maiores variações positivas face a 2013"

Informação sobre grandes rubricas da despesa pública e respectivos retornos sociais e privados	105%
Incentivos públicos alinhados para a promoção da aquisição/utilização/criação de know-how	99%
Informação sobre as perspectivas de evolução de indicadores de competitividade (sucesso escolar, invest. tecnológico, preços energéticos, despesas I&D, legislação e flexibilidade laboral, sistema fiscal, justiça e evolução dos mercados de exportação)	84%
Políticas dirigidas à inserção da economia privada em cadeias de valor globais	80%
Fiscalidade e investimento em inovação	67%
Fiscalidade, crescimento económico e investimento	59%
Políticas macroeconómicas contracíclicas	56%
Fiscalidade e investimento estrangeiro	52%
Informação sobre difusão dos efeitos positivos e negativos dos investimentos públicos	44%
Volatilidade da dívida pública (montantes, spreads, maturidades)	41%

Principais conclusões (13/13)

Índice Deloitte Pro-Business

Top 4 "Maiores variações negativas face a 2013"

Informação sobre sucesso/falhas associada ao abandono/manutenção de investimento público	-33%
Informação sobre as taxas e limites ao crescimento de despesa pública não reprodutiva	-17%
Informação sobre complementaridade, equilíbrio e modelos de colaboração estratégica entre políticas públicas apresentadas e os agentes de mercado	-9%
Trade-off entre regulação de interesses públicos de diversa natureza (ambiente, consumidores, ordenamento do território, v.g.) e prossecução de iniciativas privadas	-1%

Dimensões em análise

Dimensões em análise—resultados dos questionários (1/30)

a. Estabilidade das políticas macroeconómicas (1/3)

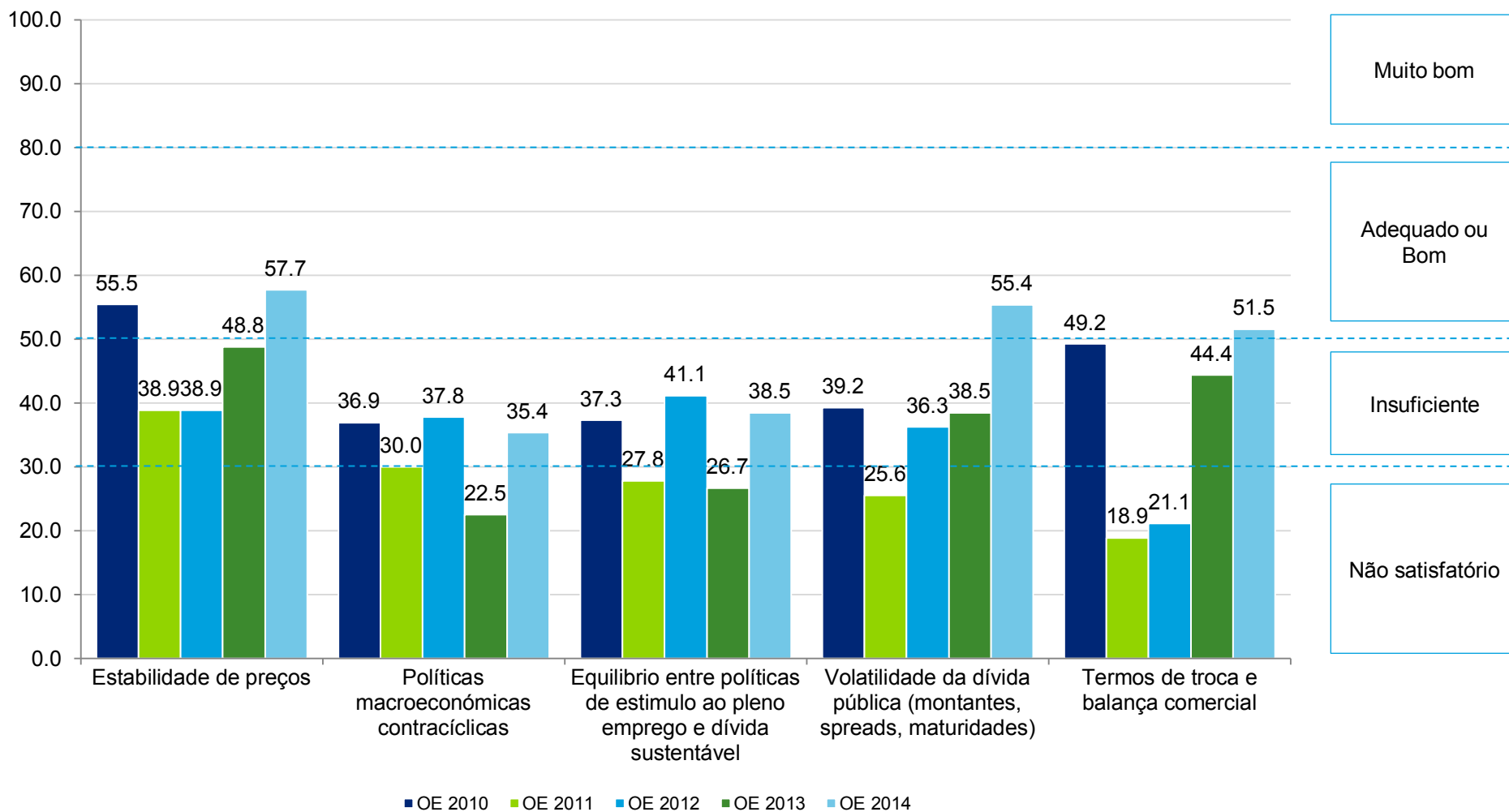
O conceito de estabilidade macroeconómica está intimamente associado a um conjunto de equilíbrios externos e internos da economia de um país. A estabilidade dos preços (inflação), crescimento real estável do PIB e nível do emprego foram os aspectos historicamente dominantes na definição de estabilidade macroeconómica. Ao longo do tempo, surgem também como elementos decisivos, para a avaliar, o equilíbrio das finanças públicas, assim como as flutuações da balança de pagamentos, volatilidade das taxas de juro e das políticas cambiais.

Depois da crise iniciada em 2008, as políticas macroeconómicas preventivas pretendem também acautelar a acumulação excessiva de dívida pública e privada (empresas e particulares). Observa-se assim que se alargou a lista de políticas macroeconómicas a adoptar pelos governos.

Todavia, os elementos essenciais mantêm-se: crescimento e sustentabilidade económica. As políticas macroeconómicas prosseguidas devem procurar promover taxas de crescimento contínuo do investimento, produção e do emprego, assegurar que a inflação não atinja níveis elevados, e que o crescimento é sustentável em termos de endividamento público e privado.

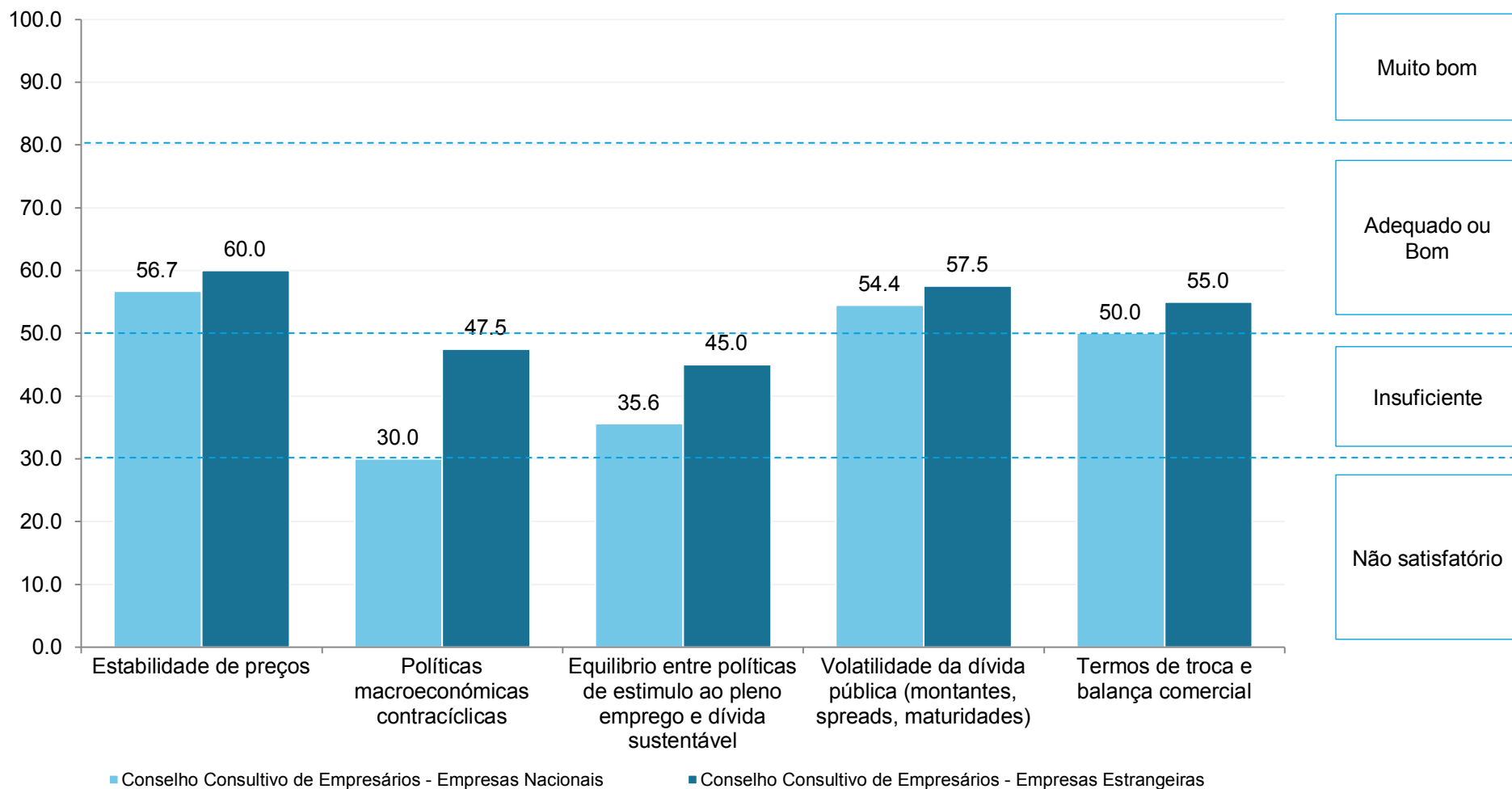
Dimensões em análise—resultados dos questionários (2/30)

a. Estabilidade das políticas macroeconómicas (2/3)



Dimensões em análise—resultados dos questionários (3/30)

a. Estabilidade das políticas macroeconómicas (3/3)



Dimensões em análise—resultados dos questionários (4/30)

b. Estabilidade, simplicidade e carga fiscal (1/3)

Um Orçamento “pro business” passa necessariamente por um conjunto de medidas fiscais e parafiscais que, tendo presente a restrição orçamental (agravada pela rigidez da despesa pública corrente), se traduz no reforço da competitividade e eficiência do tecido empresarial, fomentando o empreendedorismo e a capacidade de investimento.

Defendemos que o Orçamento não é o lugar para efectuar as grandes reformas fiscais, devendo, ao invés, conter um número limitado, mas relevante, de alterações em sede fiscal que permitam responder de forma eficaz às prioridades económicas do País, num contexto de objectivos de política macroeconómica claros e consensuais.

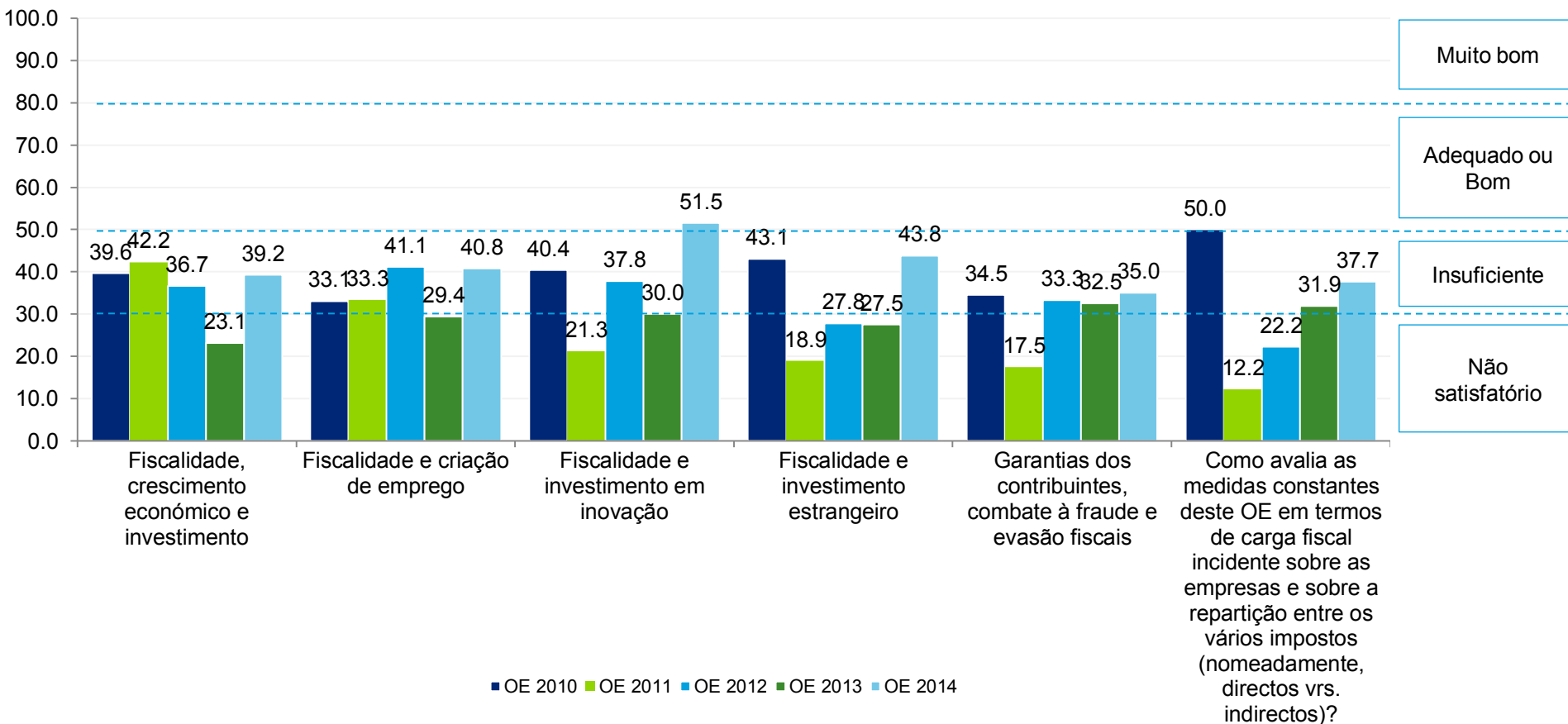
De facto, sem ignorar a relevância da carga fiscal sobre a competitividade das empresas, em particular quando actuam no mercado de bens transaccionáveis, existe um conjunto de outros factores que se revelam da maior relevância em termos de apoio para as empresas e, conseqüentemente, para a economia, de que destacamos: a estabilidade do sistema fiscal; a qualidade, pragmatismo e simplicidade da legislação fiscal; a certeza e segurança dos sistema fiscal, incluindo os tribunais, com adequada salvaguarda das garantias dos contribuintes; a minimização dos custos de cumprimento; a competitividade em termos comparados com outros sistemas fiscais.

No actual contexto, muito particular em termos económicos, as medidas fiscais constantes do Orçamento devem constituir um conjunto articulado e competitivo em termos internacionais, incentivando as empresas ao investimento, criação de emprego, inovação e R&D, garantindo a equidade e simplicidade na relação com as autoridades fiscais e no cumprimento das obrigações fiscais, respeitando as garantias dos contribuintes, sem abdicar do combate à fraude e evasão fiscais. Naturalmente, não é despendendo assegurar uma carga fiscal sem agravamento, que seja competitiva com a praticada nos países que conosco concorrem em termos de atracção de investimento directo estrangeiro.

Dimensões em análise—resultados dos questionários (5/30)

b. Estabilidade, simplicidade e carga fiscal (2/3)

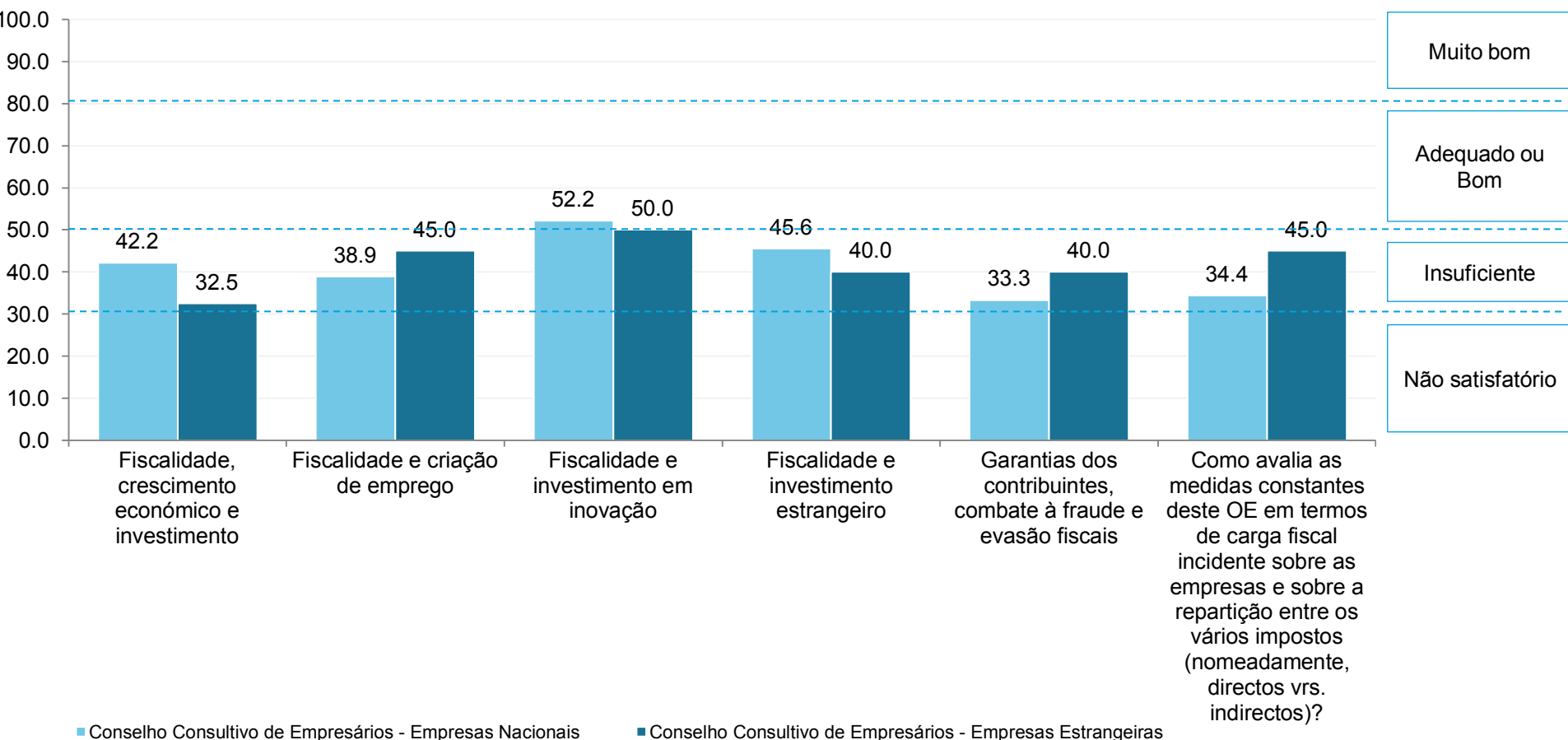
Estabilidade, simplicidade e carga fiscal [1/2]



Dimensões em análise—resultados dos questionários (6/30)

b. Estabilidade, simplicidade e carga fiscal (3/3)

Estabilidade, simplicidade e carga fiscal [2/2]



Dimensões em análise—resultados dos questionários (7/30)

c. Limites ao peso absoluto e relativo do Estado (1/3)

O valor actual das receitas líquidas fiscais das gerações actuais e futuras devem ser suficientes para cobrir o valor actual das despesas de consumo e investimento público, assim como a dívida actual do Estado (líquida de activos).

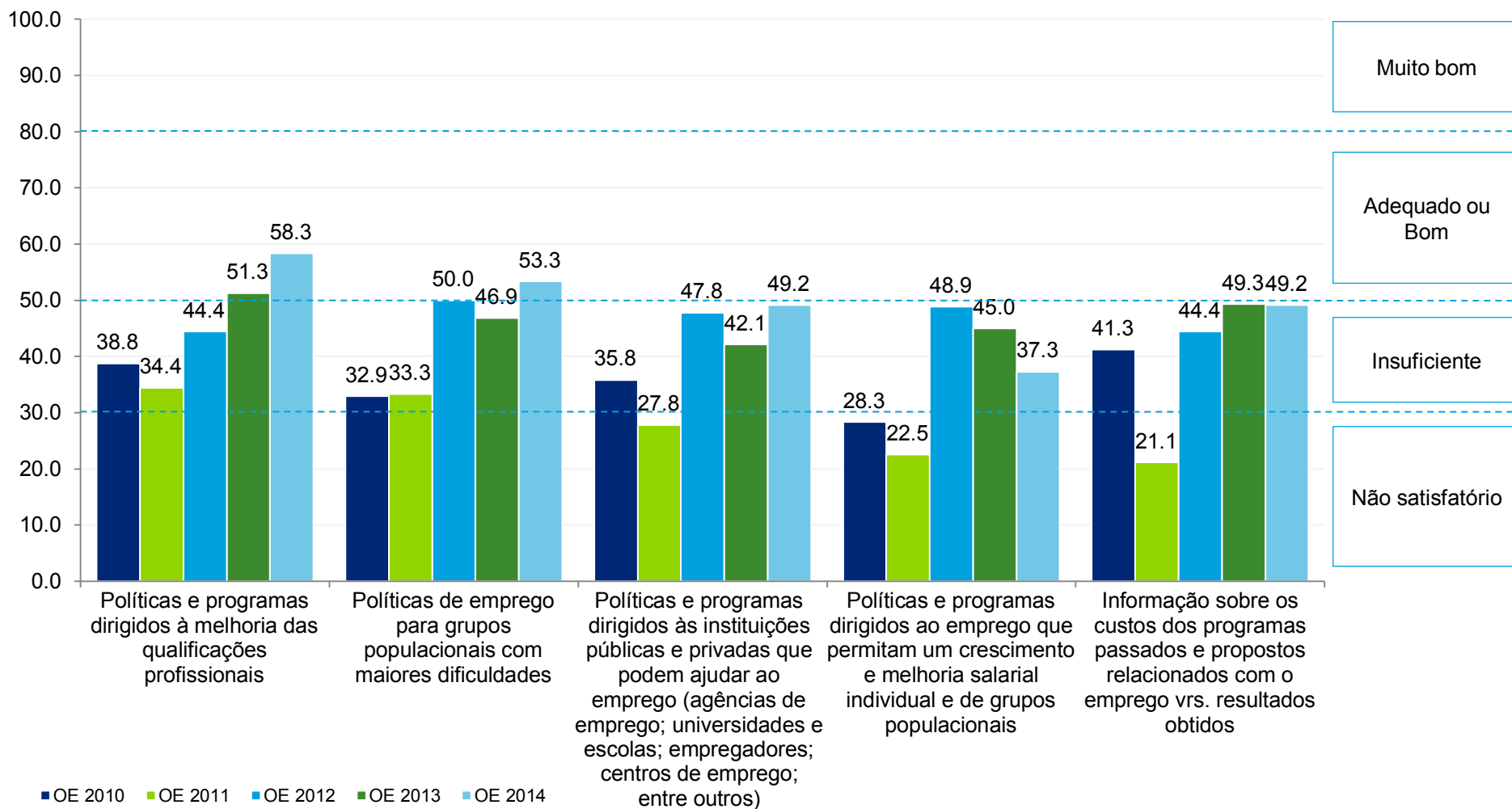
Neste contexto, a introdução de limites ao consumo e investimento público repercute-se numa diminuição do peso absoluto e relativo do Estado na economia e, conseqüentemente, numa diminuição do valor actual das receitas líquidas fiscais das gerações actuais e futuras.

As restrições dos governos para o consumo e investimento público dependem da capacidade de lançar impostos, de colocação de dívida pública (captura de poupança privada interna e externa) e da criação de moeda (não aplicável a Portugal).

O efeito dos défices públicos na economia é um dos assuntos mais controversos. Contudo, quer os modelos teóricos, quer os dados empíricos comprovam que um défice orçamental tende a manter/aumentar o consumo (menos impostos), mas a reduzir o investimento (menos poupança disponível) no curto prazo. O seu efeito final na economia depende, entre outros factores, da combinação entre corte de impostos e/ ou aumento de despesa. A médio e longo prazo, uma dívida pública elevada tende a reduzir o stock de capital da economia e a fazer crescer as taxas de juros reais da economia.

Dimensões em análise—resultados dos questionários (8/30)

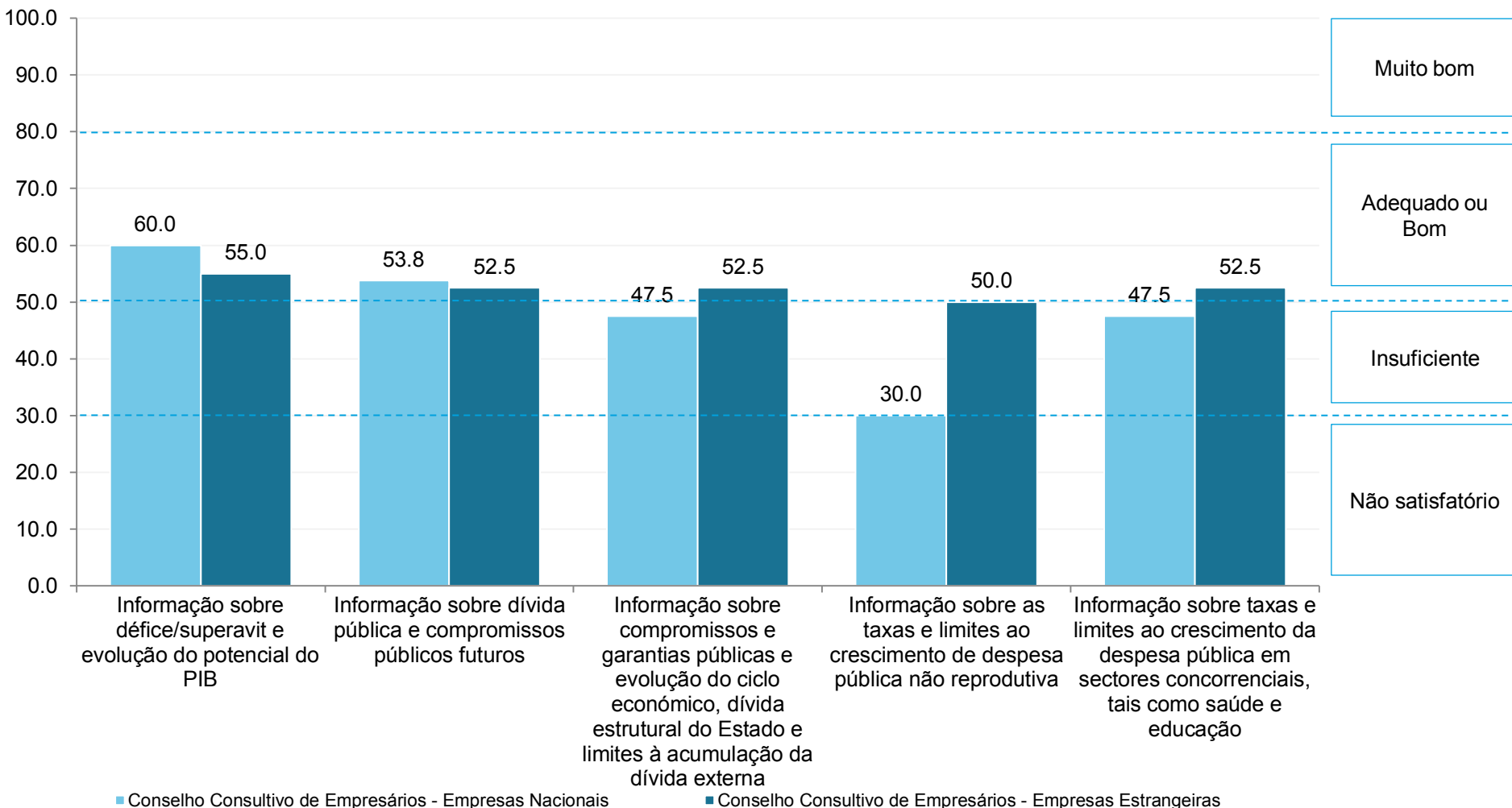
c. Limites ao peso absoluto e relativo do Estado (2/3)



Dimensões em análise—resultados dos questionários (9/30)

c. Limites ao peso absoluto e relativo do Estado (3/3)

Limites ao peso absoluto e relativo do Estado [2/2]



Dimensões em análise—resultados dos questionários (10/30)

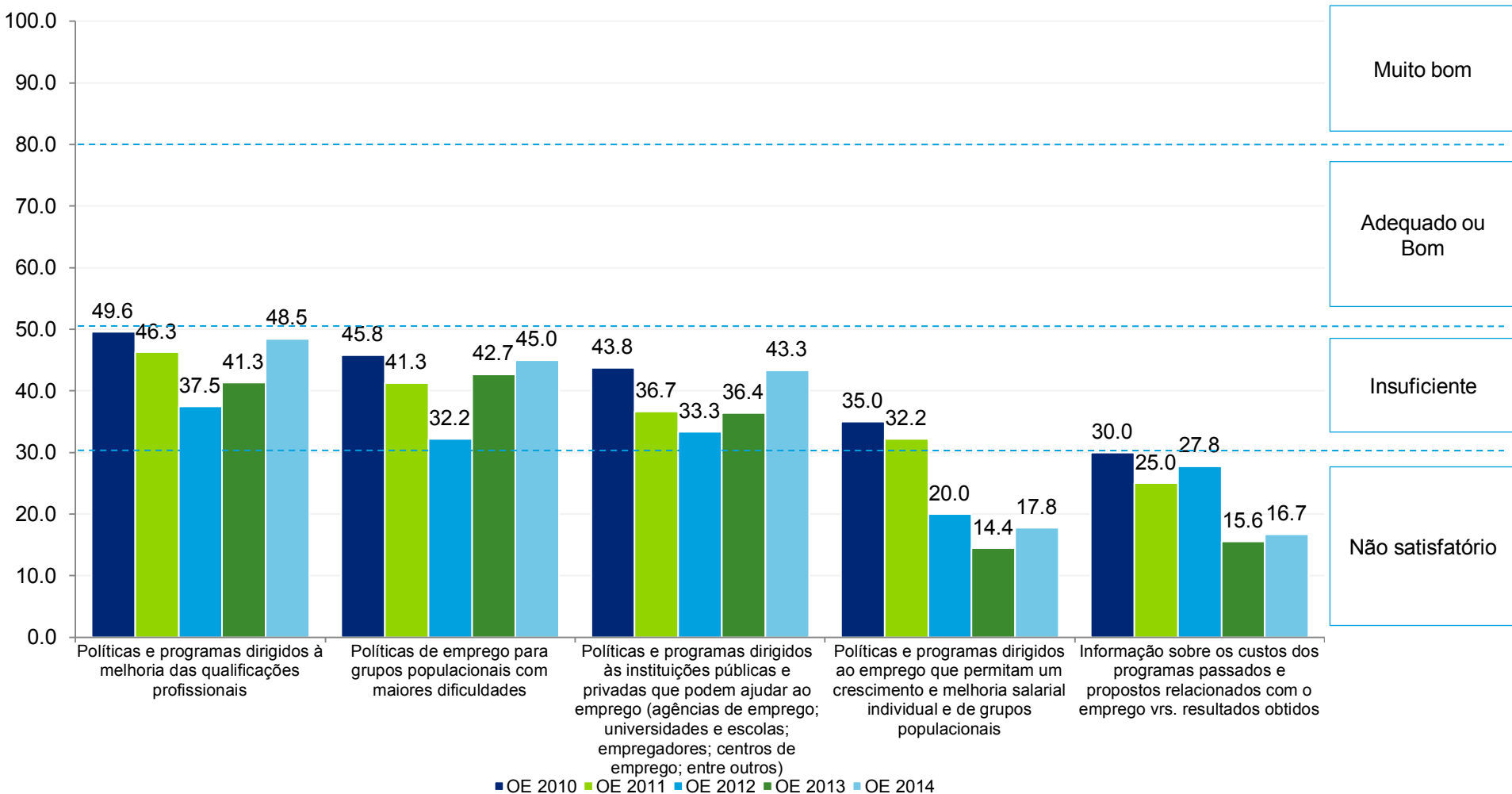
d. Fomento à criação e manutenção de emprego duradouro (1/3)

Um dos objectivos das opções orçamentais é a adopção de políticas para geração de uma situação de pleno emprego. Para que este equilíbrio seja atingido são condições essenciais, para além de diversas políticas macroeconómicas e microeconómicas, (i) melhoria constante de qualificações profissionais, (ii) flexibilidade e mobilidade das pessoas e (iii) ajustamentos salariais positivos e negativos, indexados à produtividade e competitividade dos respectivos sectores.

São necessárias políticas e programas destinados a melhorar as referidas condições, para permitir emprego duradouro, crescimento e melhoria sustentável das bases salariais. Acresce a necessidade de maior dedicação de recursos públicos dirigidos à identificação das necessidades dos empregadores.

Dimensões em análise—resultados dos questionários (11/30)

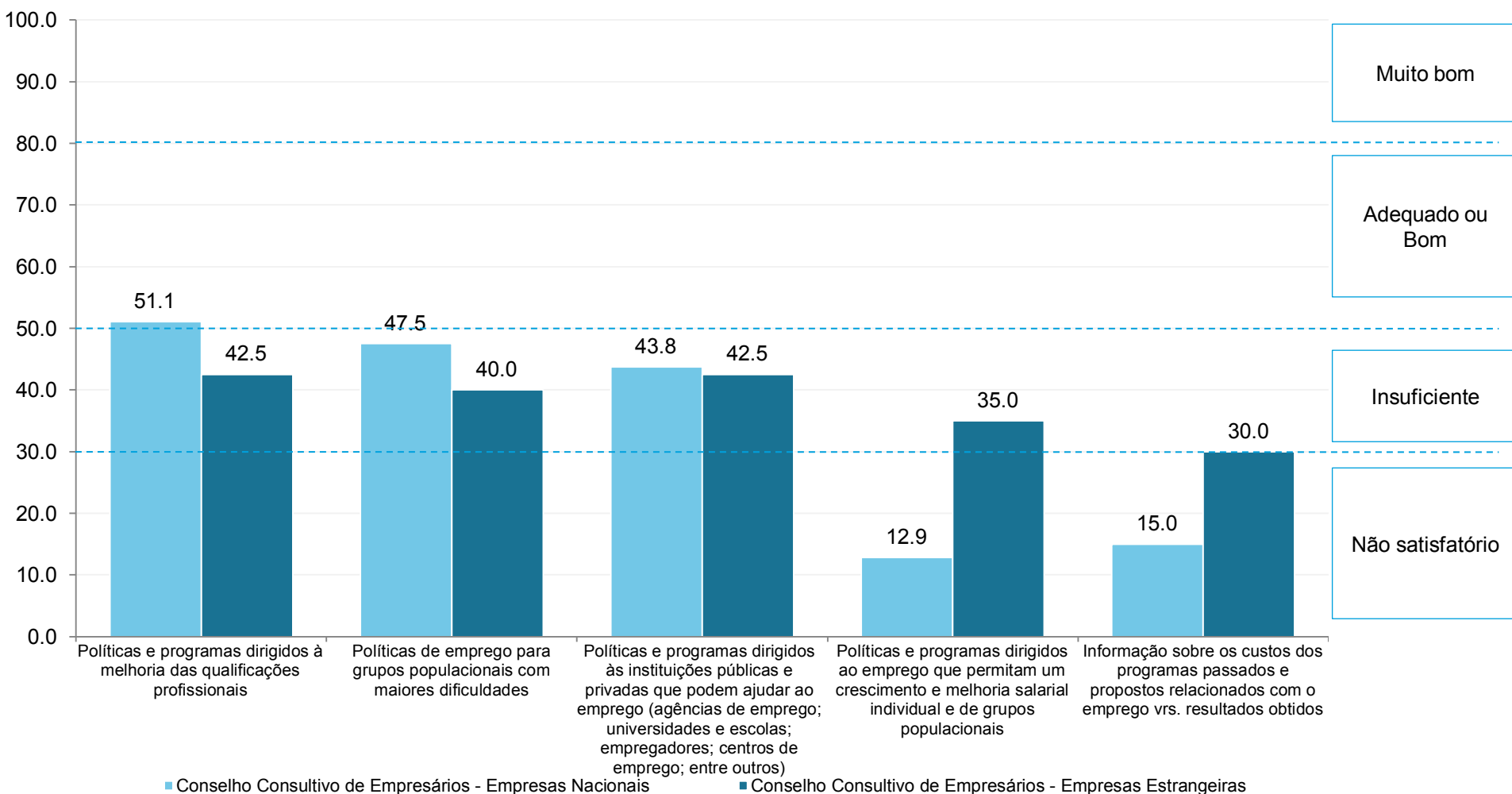
d. Fomento à criação e manutenção de emprego duradouro (2/3)



Dimensões em análise—resultados dos questionários (12/30)

d. Fomento à criação e manutenção de emprego duradouro (3/3)

Fomento à criação e manutenção de emprego duradouro [2/2]



Dimensões em análise—resultados dos questionários (13/30)

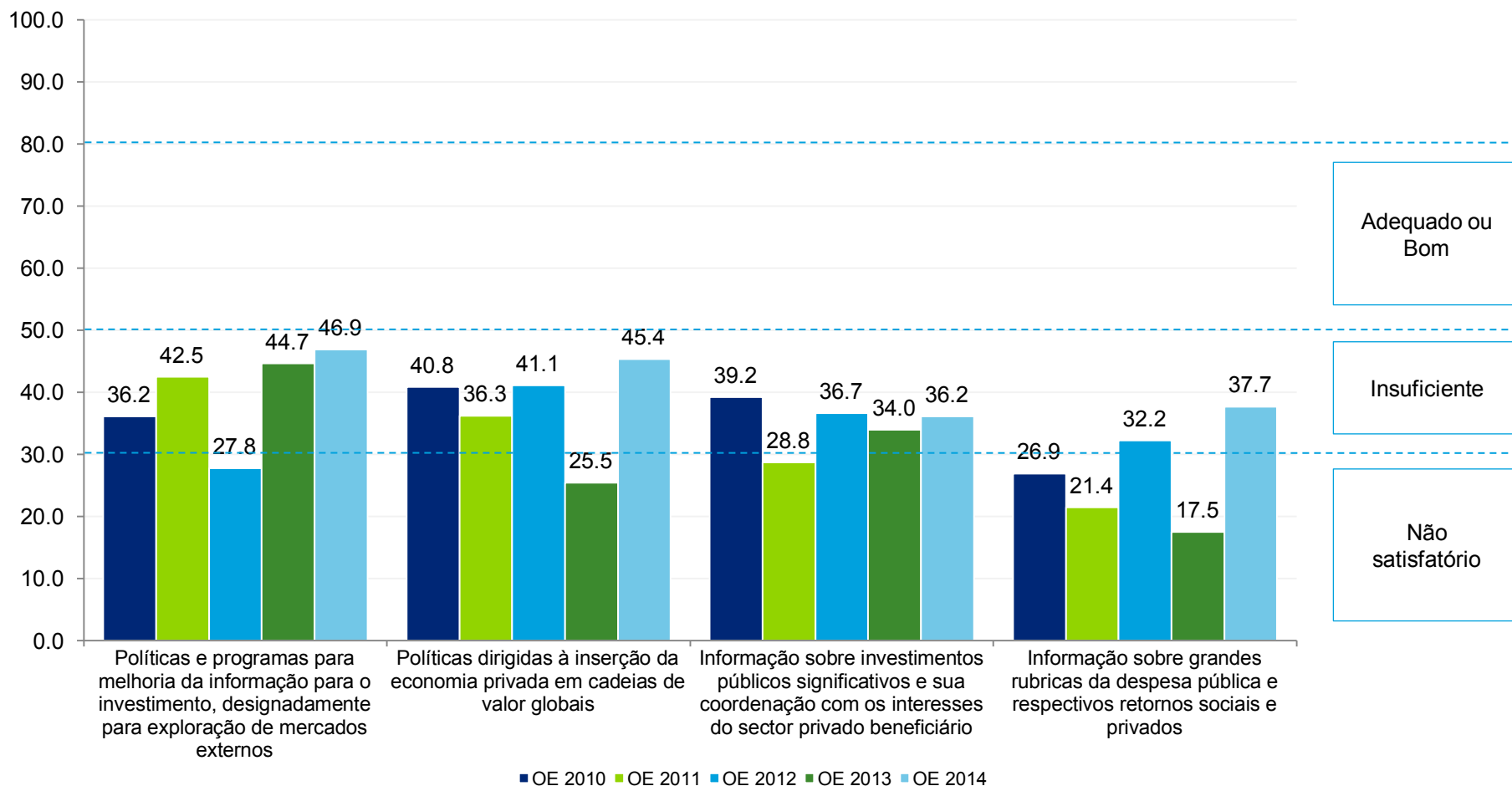
e. Alinhamento das prioridades, perfil dos investimentos e despesa para a criação de dinamismo, diversificação e consolidação das cadeias de valor empresariais e do emprego (1/3)

O alinhamento de prioridades, perfis de investimento e despesa pública para a criação de dinamismo, diversificação e consolidação de cadeias de valor empresarial e de emprego requerem medidas e programas específicos para (i) aperfeiçoamento das tomadas de decisão de investimentos privados (redução de externalidades de informação), (ii) maior inserção em actividades das cadeias de valor globais e (iii) condições para uma correcta coordenação entre investimentos dos sectores público e privado.

Dimensões em análise—resultados dos questionários (14/30)

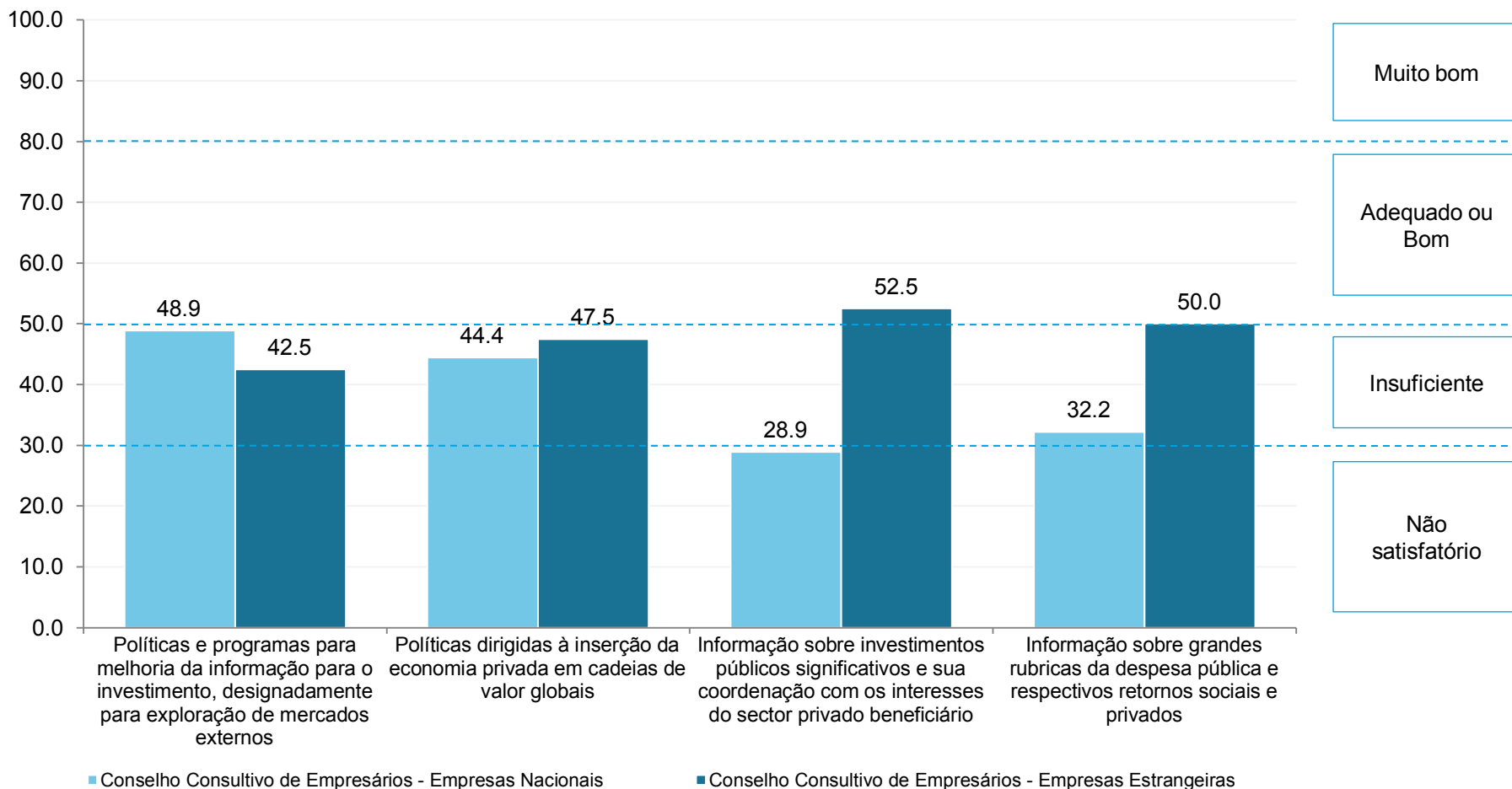
e. Alinhamento das prioridades, perfil dos investimentos e despesa para a criação de dinamismo, diversificação e consolidação das cadeias de valor empresariais e do emprego (2/3)

Alinhamento de prioridades públicas e cadeias de valor empresariais [1/2]



Dimensões em análise—resultados dos questionários (15/30)

e. Alinhamento das prioridades, perfil dos investimentos e despesa para a criação de dinamismo, diversificação e consolidação das cadeias de valor empresariais e do emprego (3/3)



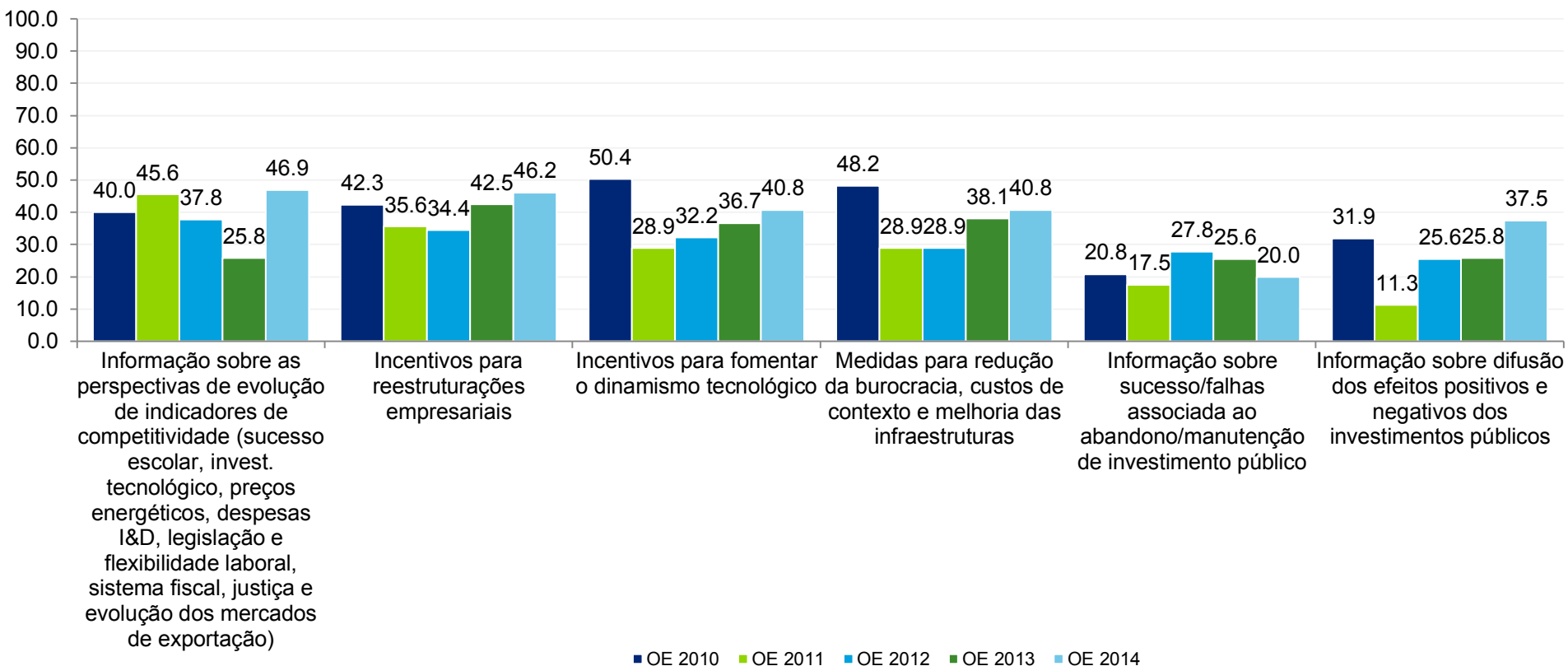
Dimensões em análise—resultados dos questionários (16/30)

f. Compromisso com reformas institucionais orientadas para o estímulo do crescimento económico, produtividade e competitividade – reestruturações, diversificação, dinamismo tecnológico e custos de contexto (1/3)

A competitividade de um país depende constantemente das reformas institucionais que se vão realizando para estímulo do crescimento económico e da produtividade. Importa assim analisar as opções seguidas quanto a diversos factores de competitividade (tais como sucesso escolar, investimento em tecnologias, preços energéticos, despesas com I&D, legislação laboral, flexibilidade laboral e mercado exportador), assim como modelos de incentivos para reestruturações empresariais, dinamismo tecnológico e redução geral e específica de custos de contexto. Interessam também todas as medidas que eliminem/ diminuam as burocracias que afectam a produtividade das empresas.

Dimensões em análise—resultados dos questionários (17/30)

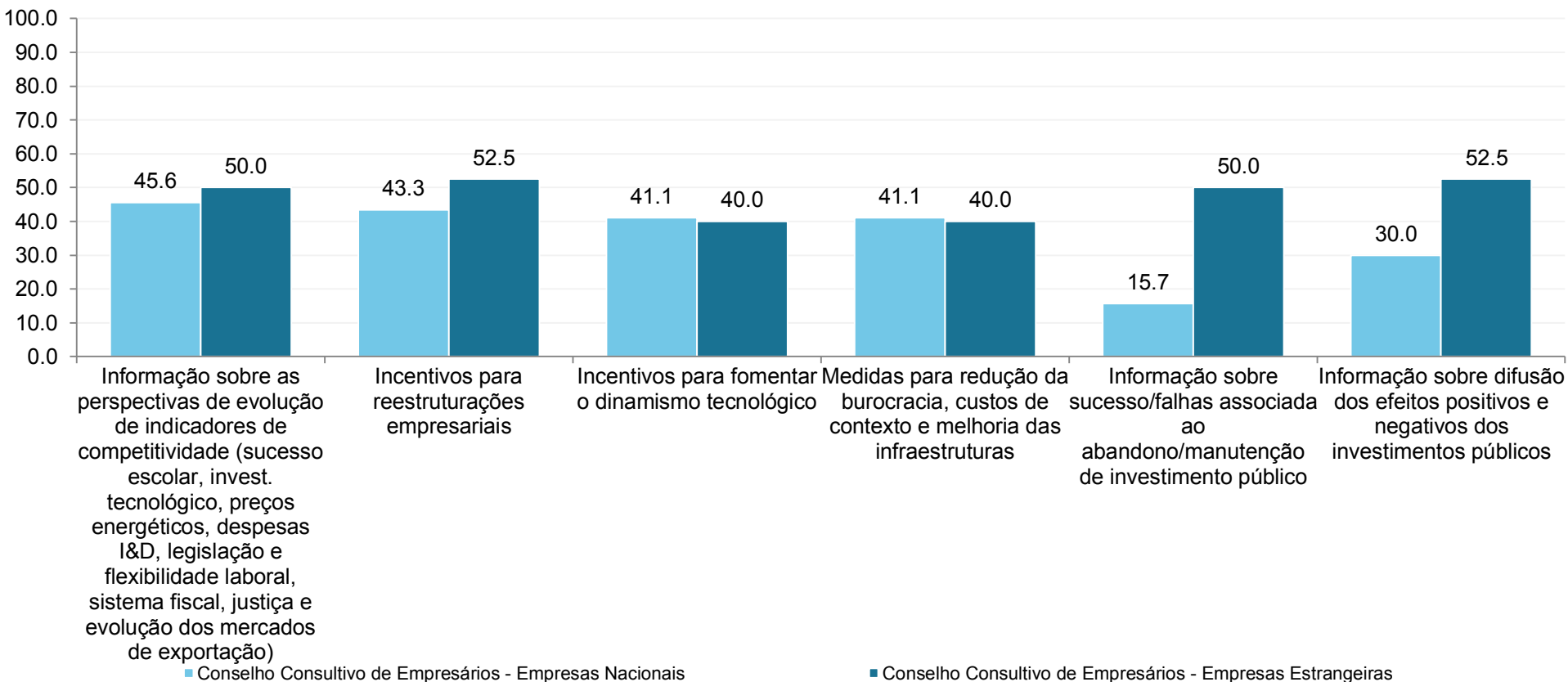
f. Compromisso com reformas institucionais orientadas para o estímulo do crescimento económico, produtividade e competitividade – reestruturações, diversificação, dinamismo tecnológico e custos de contexto (2/3)



Escala										
Não satisfatório		Insuficiente		Adequada		Muito bom				
0	10	20	30	40	50	60	70	80	90	100

Dimensões em análise—resultados dos questionários (18/30)

f. Compromisso com reformas institucionais orientadas para o estímulo do crescimento económico, produtividade e competitividade – reestruturações, diversificação, dinamismo tecnológico e custos de contexto (3/3)



Escala										
Não satisfatório			Insuficiente		Adequada			Muito bom		
0	10	20	30	40	50	60	70	80	90	100

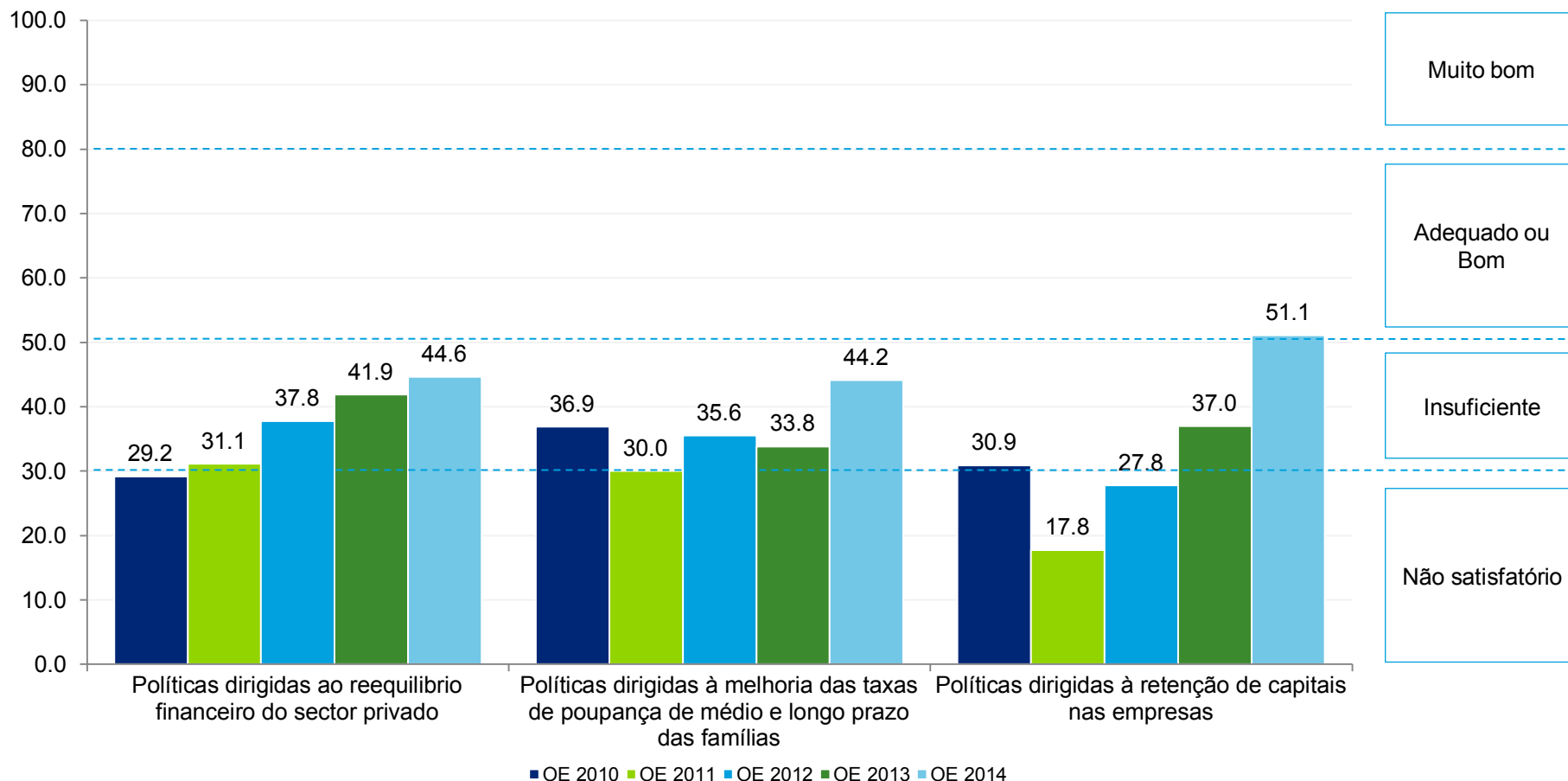
Dimensões em análise—resultados dos questionários (19/30)

g. Políticas e programas para uma adequada poupança nacional, formação e retenção de capital (1/3)

As políticas macroeconómicas preventivas pretendem também acautelar a excessiva acumulação de dívida pública e privada (empresas e particulares). Nesta medida, o estímulo à criação, manutenção e retenção de poupança das famílias e empresas (lucros) é determinante para a sustentabilidade da nossa economia e a independência relativa ao endividamento externo. Apenas com índices mais elevados de poupança das famílias, empresas e Estado é possível termos maior capacidade de financiar potenciais políticas macroeconómicas contracíclicas e a sustentabilidade global da nossa economia.

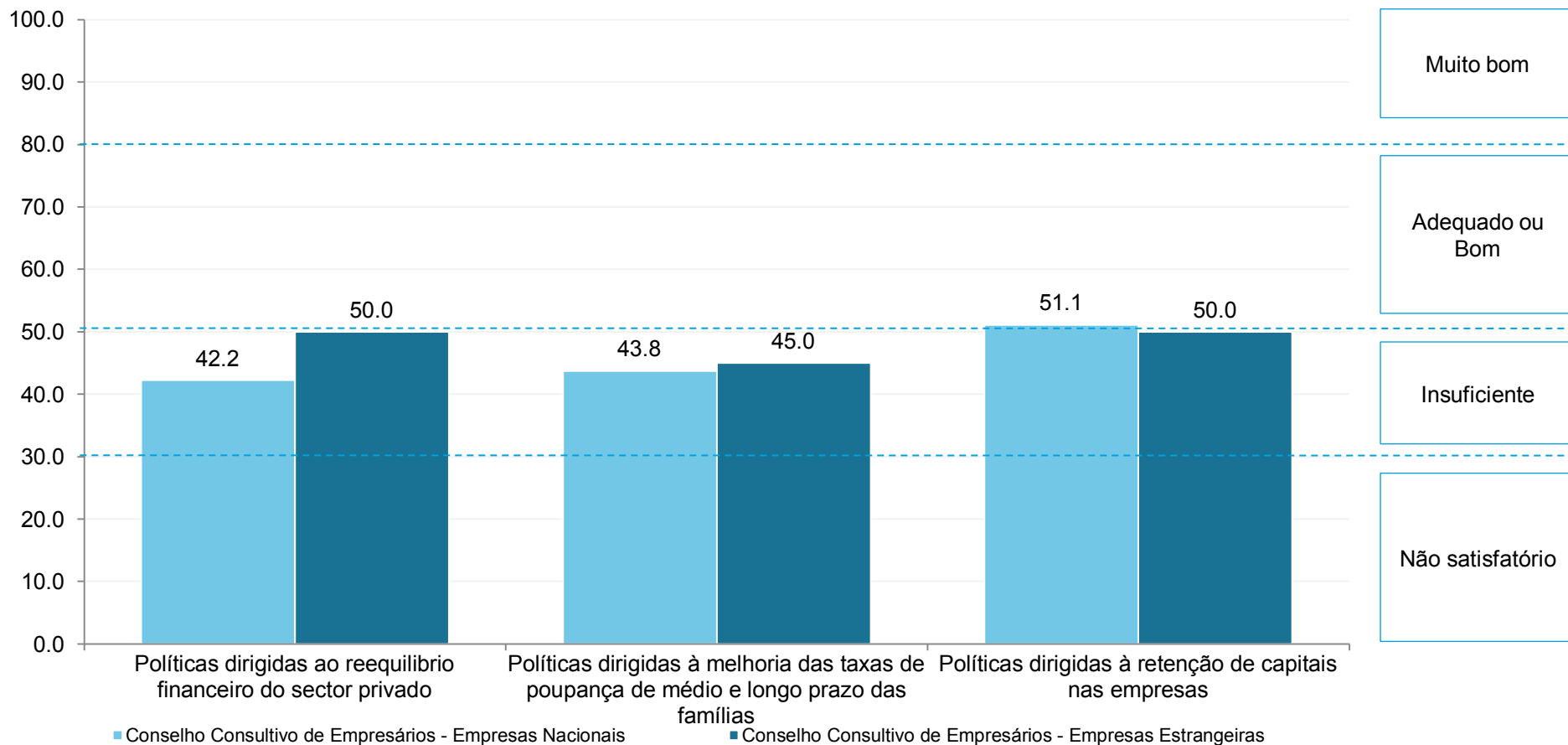
Dimensões em análise—resultados dos questionários (20/30)

g. Políticas e programas para uma adequada poupança nacional, formação e retenção de capital (2/3)



Dimensões em análise—resultados dos questionários (21/30)

g. Políticas e programas para uma adequada poupança nacional, formação e retenção de capital (3/3)



Dimensões em análise—resultados dos questionários (22/30)

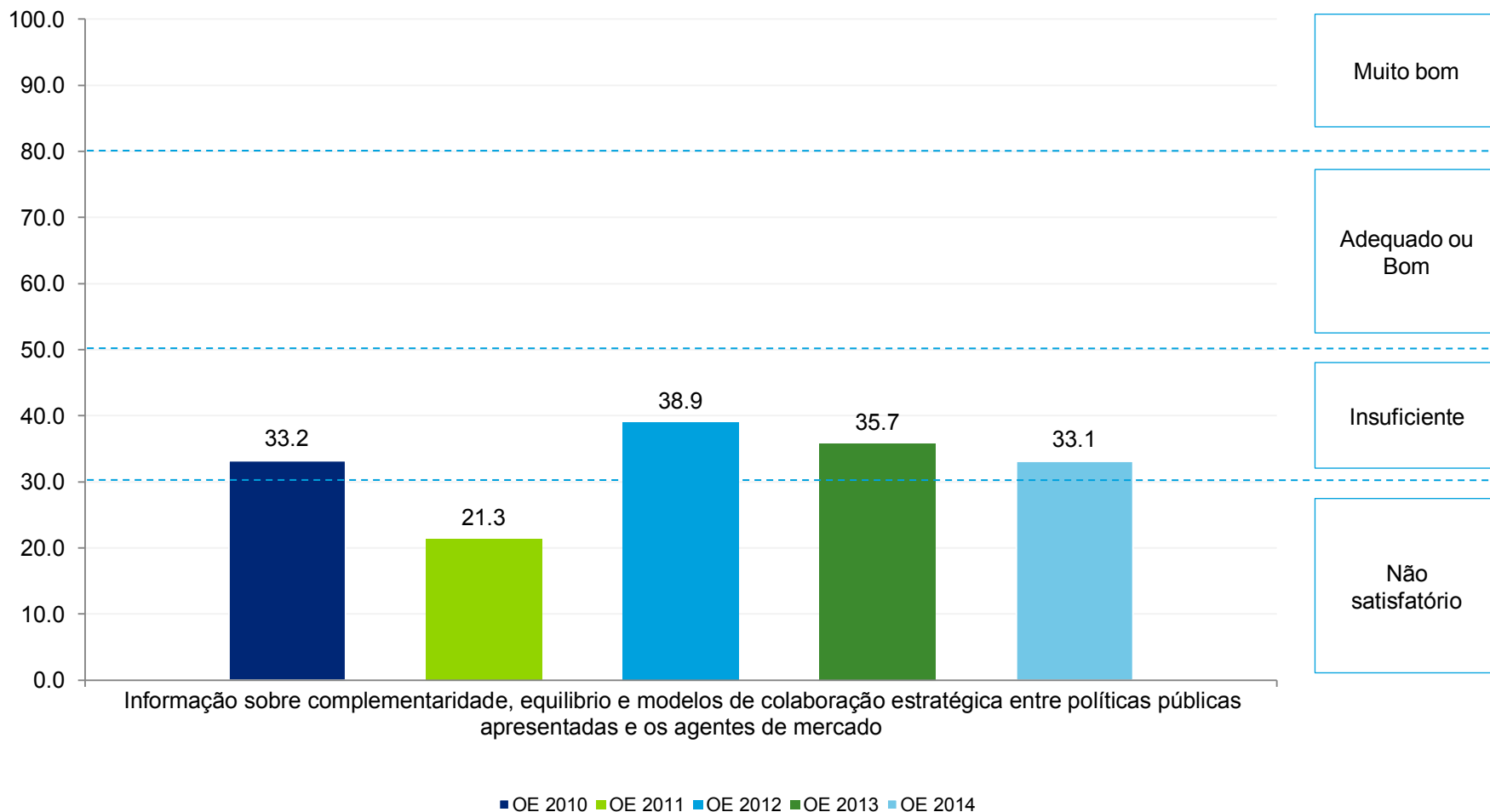
h. Complementaridade, equilíbrio e colaboração estratégica (1/3)

O desenvolvimento económico de um país exige complementaridade, equilíbrio e modelos de colaboração estratégica entre políticas públicas e os agentes de mercado. Todavia, devem ser explicitados os potenciais efeitos negativos destas políticas, em face de uma potencial captura de recursos públicos por alguns agentes privados, em detrimento do retorno social esperado dos investimentos públicos/privados.

Dimensões em análise—resultados dos questionários (23/30)

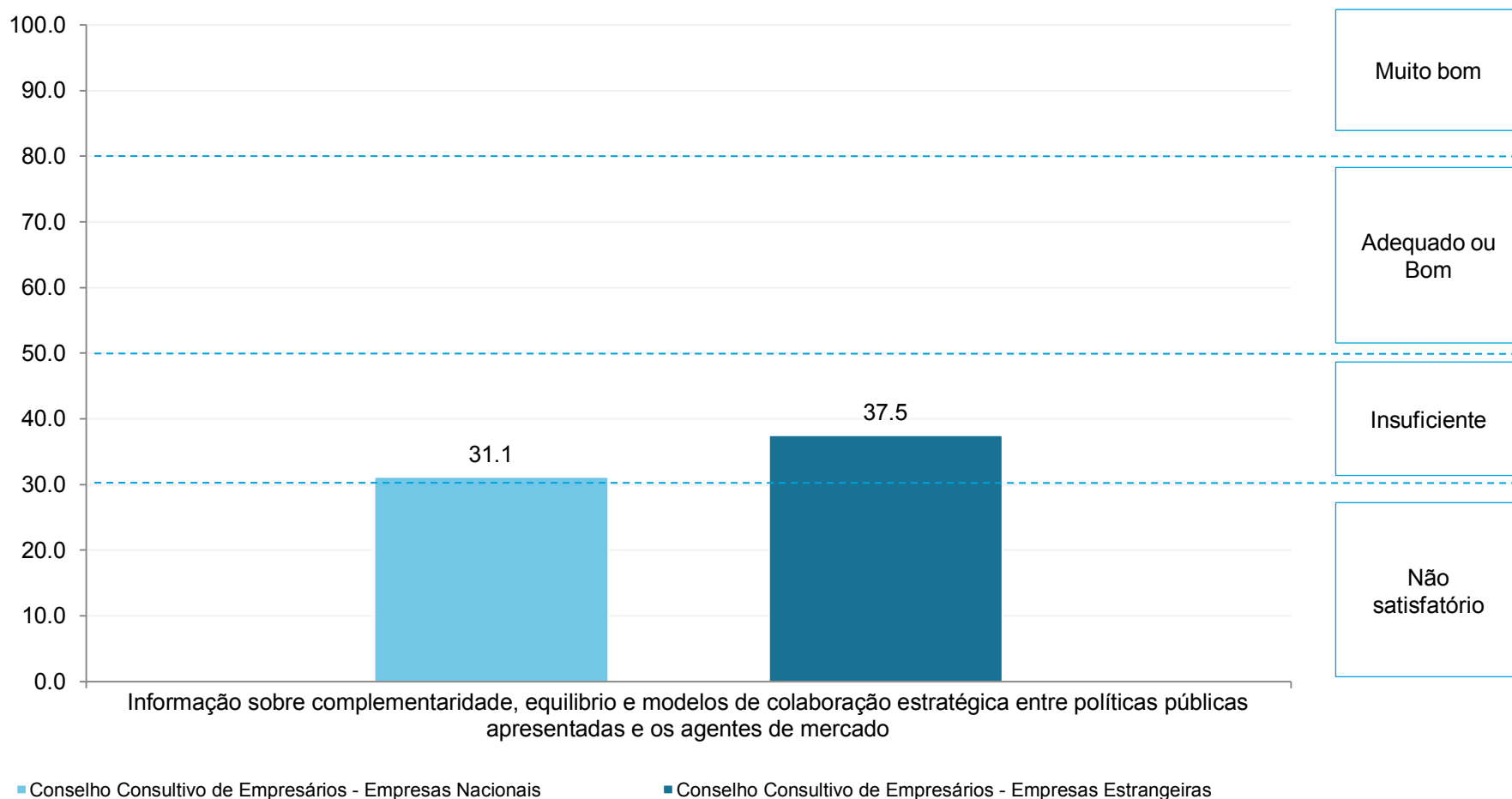
h. Complementaridade, equilíbrio e colaboração estratégica (2/3)

Complementaridade, equilíbrio e colaboração estratégica [1/2]



Dimensões em análise—resultados dos questionários (24/30)

h. Complementaridade, equilíbrio e colaboração estratégica (3/3)



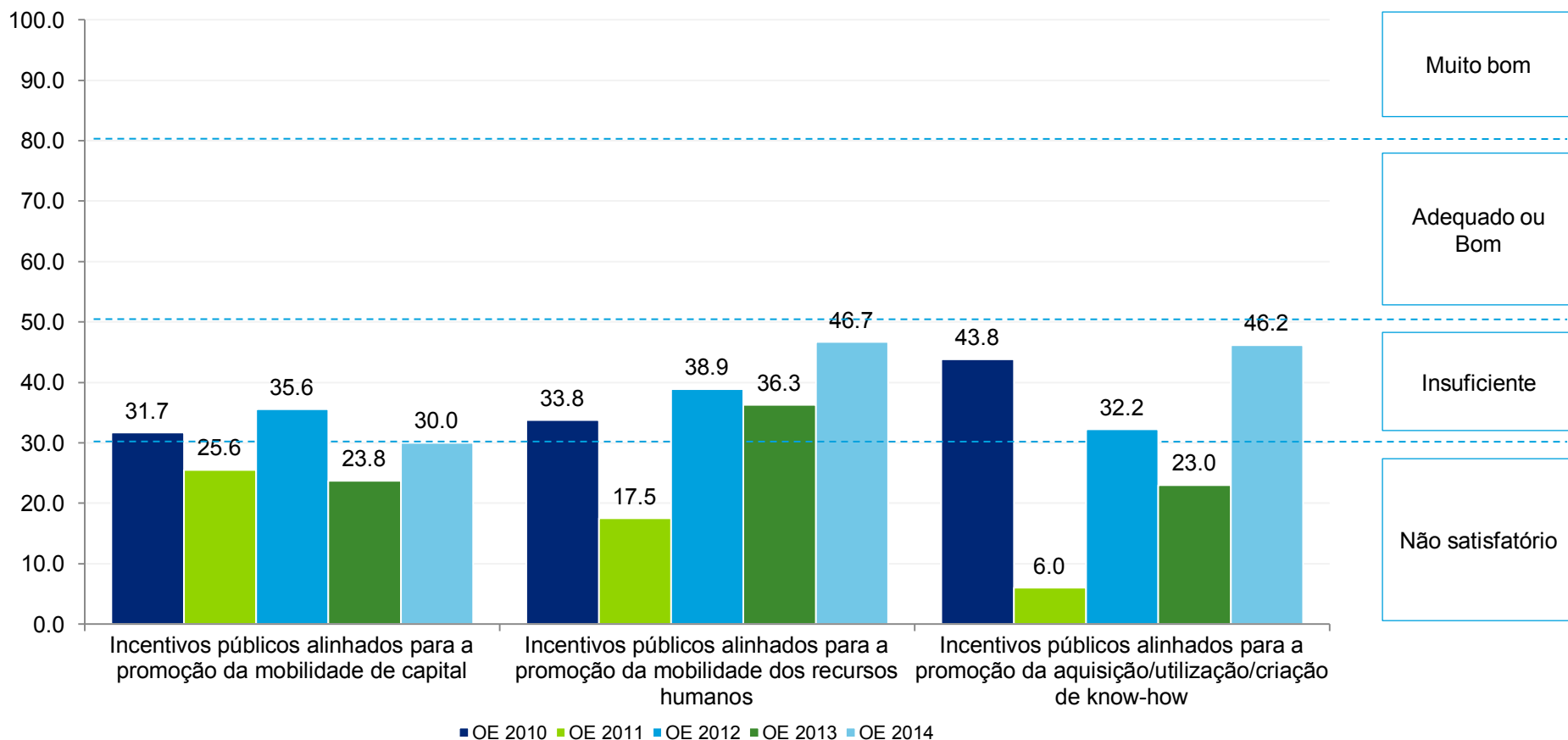
Dimensões em análise—resultados dos questionários (25/30)

i. Políticas e programas para crescimento da flexibilidade produtiva dos diferentes recursos (capital, trabalho e *know-how*) necessários ao crescimento económico (1/3)

O crescimento económico depende, para além de outros factores institucionais e culturais, em larga medida do nível de capital disponível, trabalho e tecnologia / *know-how* de uma economia. Neste contexto, importa que sejam implementadas medidas que (i) visem promover a mobilidade de capital entre diversos sectores e empresas, assim como (ii) mobilidade e flexibilidade a nível de recursos humanos entre sectores e empresas para acomodar movimentos conjunturais e estruturais e (iii) medidas com vista ao desenvolvimento tecnológico e criação de *know-how*.

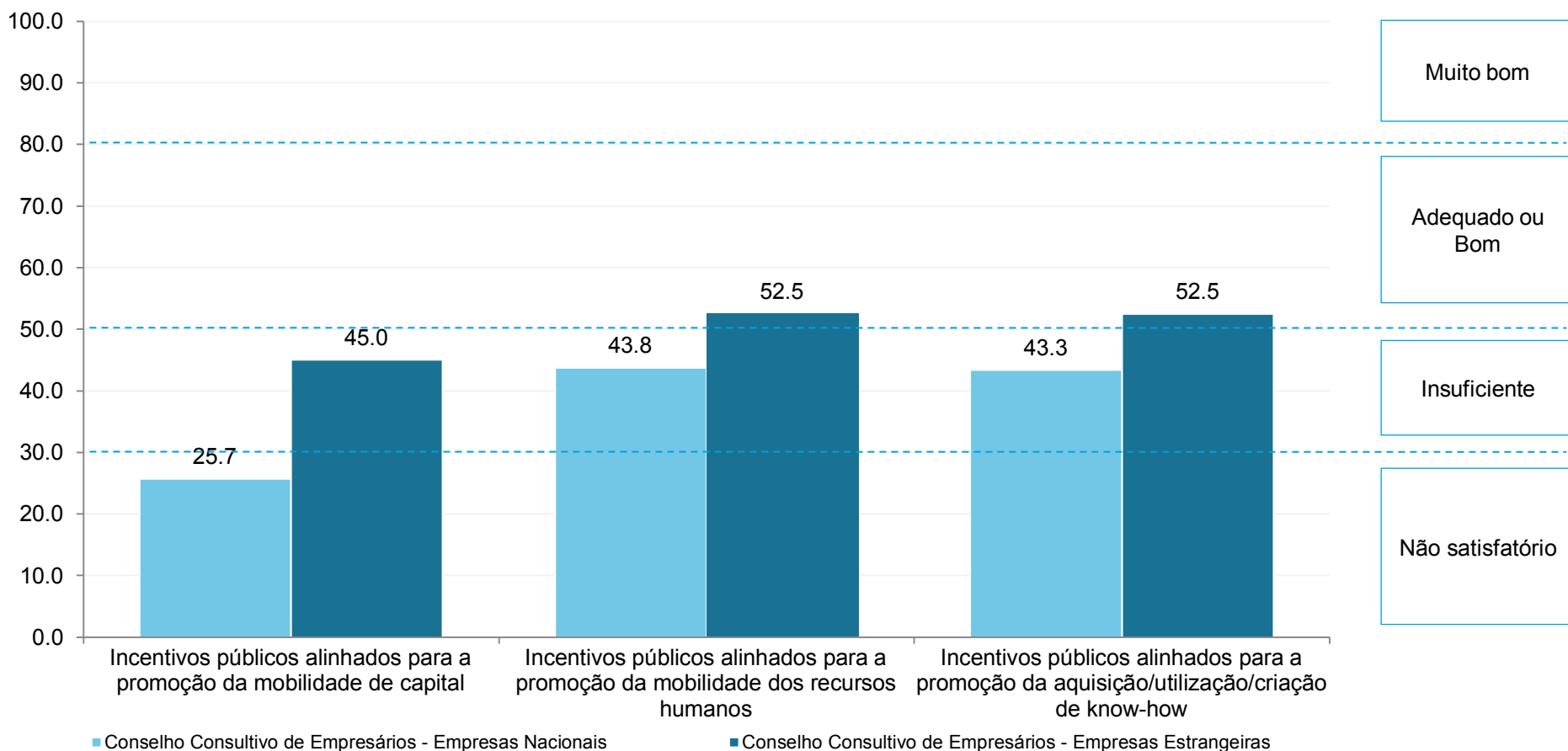
Dimensões em análise—resultados dos questionários (26/30)

i. Políticas e programas para crescimento da flexibilidade produtiva dos diferentes recursos (capital, trabalho e *know-how*) necessários ao crescimento económico (2/3)



Dimensões em análise—resultados dos questionários (27/30)

i. Políticas e programas para crescimento da flexibilidade produtiva dos diferentes recursos (capital, trabalho e *know-how*) necessários ao crescimento económico (3/3)



Dimensões em análise—resultados dos questionários (28/30)

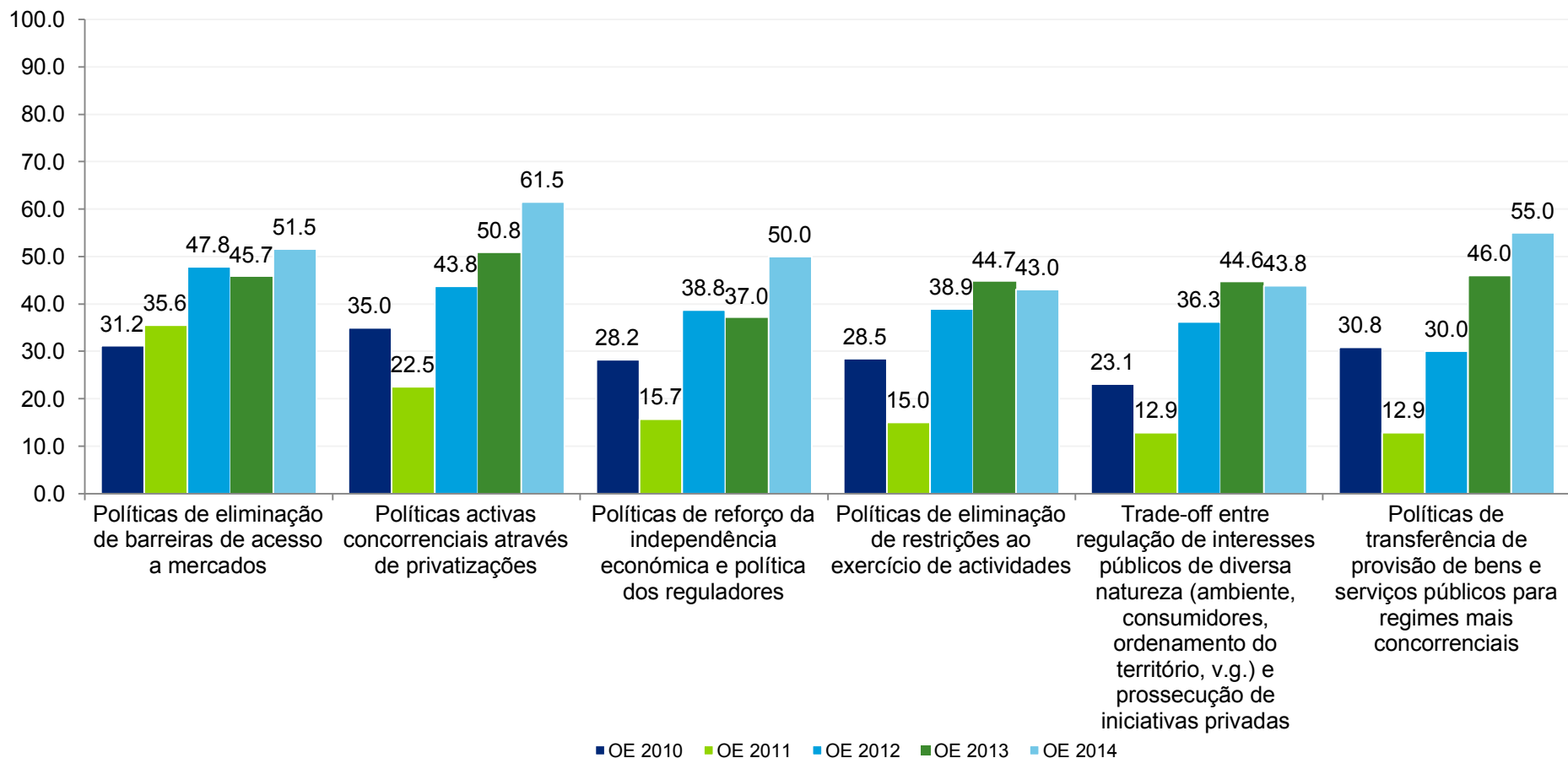
j. Promoção activa dos regimes concorrenciais e correspondente regulação em diversos sectores (1/3)

A eficiente distribuição de recursos numa economia para geração de equilíbrios eficientes faz-se através da aproximação a regimes concorrenciais intensos, a par de restrições que previnam ou reduzam as externalidades negativas dos investimentos privados e alarguem as externalidades positivas. Neste contexto, pretende-se avaliar as políticas de acesso a mercados, privatizações, reforço de independência económica e política dos reguladores, e eliminação de restrições ao exercício de actividades.

Paralelamente, deve também ser avaliado o equilíbrio de políticas de regulação de interesses públicos de diversa natureza (consumidores, ambientalistas, v.g.) e prossecução de iniciativas privadas, assim como as políticas propostas de transferência de provisão de bens e serviços públicos para a iniciativa privada em regimes mais concorrenciais.

Dimensões em análise—resultados dos questionários (29/30)

j. Promoção activa dos regimes concorrenciais e correspondente regulação em diversos sectores (2/3)

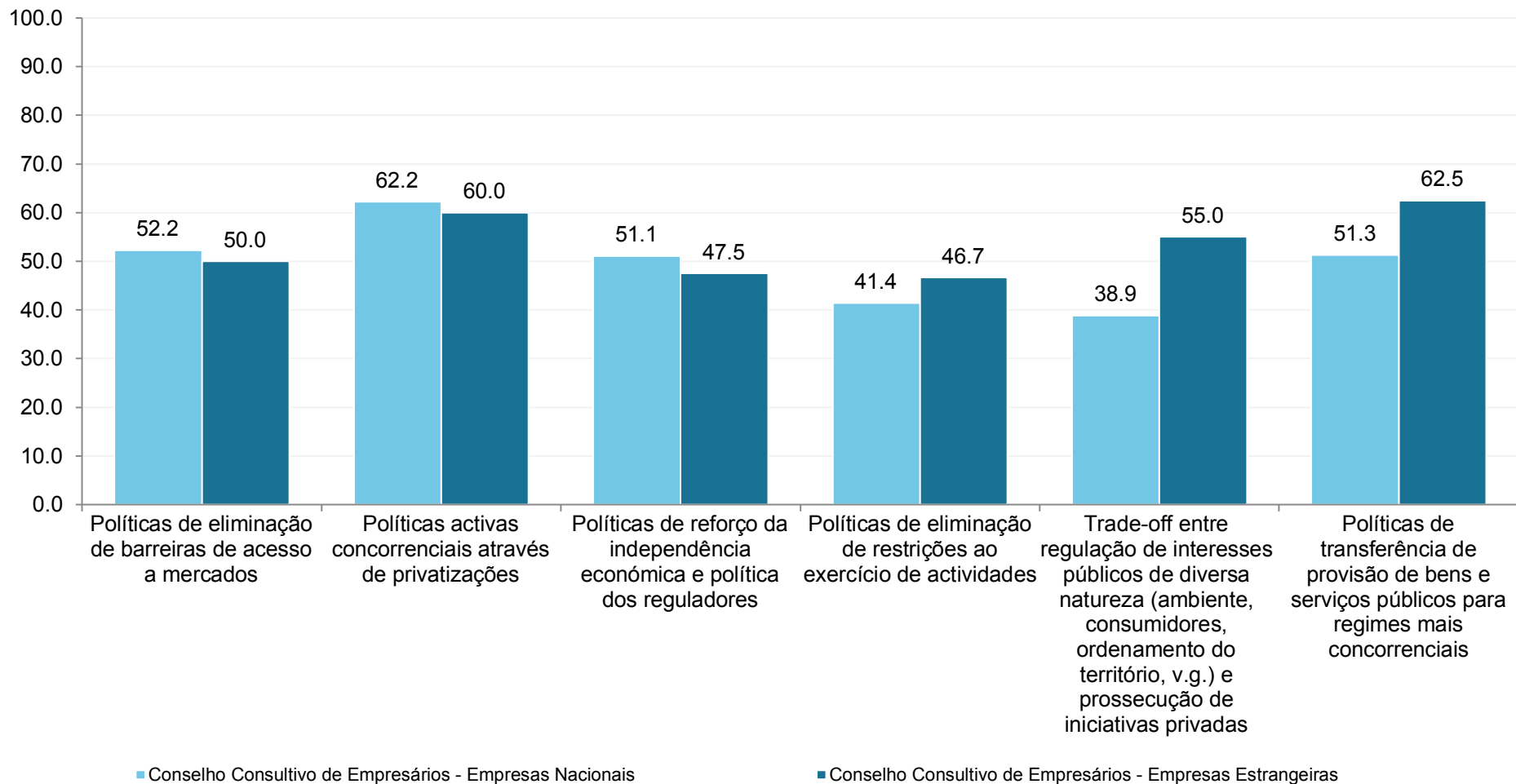


Escala										
Não satisfatório		Insuficiente		Adequada			Muito bom			
0	10	20	30	40	50	60	70	80	90	100

Dimensões em análise—resultados dos questionários (30/30)

j. Promoção activa dos regimes concorrenciais e correspondente regulação em diversos sectores (3/3)

Promoção activa de regimes concorrenciais [2/2]



Considerações finais

Considerações finais

A reter

- Os empresários e gestores avaliaram positivamente as medidas de políticas relacionadas com a criação de regimes mais concorrenciais no sector privado, bem como as políticas de privatizações.
- Avaliaram ainda positivamente a informação prestada sobre a dívida pública e compromissos futuros, e as medidas de natureza fiscal.
- Os empresários e gestores avaliaram negativamente as medidas relacionadas com os limites ao peso do absoluto e relativo do Estado, mostrando desalinhamento entre o peso que o Estado deveria ter e o peso real que tem na economia.
- De salientar que, as medidas relacionadas com a poupança das famílias e empresas apresentaram uma evolução muito positiva, face aos resultados do Budget Watch 2013.
- Com excepção das medidas de estabilidade, simplicidade e carga fiscal, os empresários estrangeiros avaliaram melhor em geral as diferentes dimensões em análise.

Nota técnica

Nota técnica

O índice Deloitte Pro-Business realizado em parceria com o Jornal Expresso, contando ainda este ano com a colaboração do jornal Público e tem como principais objectivos avaliar:

- a responsabilidade orçamental de estímulo ao crescimento económico; e
- os princípios orçamentais promotores de crescimento, produtividade, emprego, inovação e competitividade.

Os questionários foram enviados ao Conselho Consultivo Empresarial em 11 de Novembro, acompanhados de um conjunto de notas indexadas ao Relatório do OE, Proposta de Lei e Mapas Anexos, tendo-se obtido 13 respostas (16 respostas em 2013, 9 respostas em 2012, 9 respostas em 2011, e 13 respostas em 2010) que foram objecto de tratamento estatístico.

Os membros do Conselho Consultivo, que responderam foram os seguintes: Empresas Nacionais: António Amorim, Belmiro de Azevedo, Francisco Pinto Balsemão, João Martins Serrenho, Paulo Pereira da Silva, Pedro Soares dos Santos, Peter Villax, Ricardo Salgado e Salvador Guedes; Empresas Estrangeiras: António Raposo de Lima, Mário Barbosa, Mário Vaz e Rodrigo Álvaro Rebelo Pizarro.

Em caso de dúvida ou prestação de alguma informação ou algum esclarecimento adicional, por favor contactar:

Carlos Loureiro

Partner

Tel.: +(351) 210 427 515

caloureiro@deloitte.pt

Jorge Sousa Marrão

Partner

Tel.: +(351) 210 422 503

jmarrao@deloitte.pt

Deloitte.

A expressão Deloitte refere-se à Deloitte Touche Tohmatsu, uma Swiss Verein, ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membro, sendo cada uma delas uma entidade legal separada e independente. Para aceder à descrição detalhada da estrutura legal da Deloitte Touche Tohmatsu e suas firmas membro consulte www.deloitte.com/about.